



ATA N.º 42/XI-3º/2015-16

- 1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Clube Recreativo Charnequense, sito na avenida Elias Garcia, Palhais, Charneca de Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:
 - 3.2.1 - “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2015”;
 - 3.2.2 - “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2015”;
 - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:
 - 3.3.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;
 - 3.3.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Alteração ao Mapa de Pessoal 2016”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Redução de Tarifas na prestação de serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre:
 - 3.7.1 - “Relatório de Monitorização da ARU da Trafaria”;
 - 3.7.2 - “Relatório de Monitorização da ARU de Almada”.
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Aquisição da antiga garagem de camionetas da Empresa de Camionagem Piedense, Lda, sita na avenida D. Afonso Henriques, em Almada, e quarteirão em frente aos barcos e ao Presídio da Trafaria”.
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”.
 - 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.



3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 28 de abril de 2016, (Ent. nº 5914/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5915/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5861/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5908/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Ribas Lopes, com ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº 5905), (**Conforme Anexo V**).

4.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril de 2016, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.^a Filipe Raquel da Silva



Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VIII, IX e X**).

- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, dias 28 e 29 de abril de 2016, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI e XII**).
- O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
- A Candidata Senhora Lina Cristina de Matos Gonzalez, apresentada a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28 e 29 de abril de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro e da cidadã Sr.ª Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV e XVI**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, (**Conforme Anexo XVII**).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Múncipe Exm.º Senhor Victor Reis, residente na Charneca de Caparica.

5.1.1 - O Múncipe Exm.º Senhor Victor Reis:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação muito especial pelo agrado de ver reunida em território da União das Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda a Assembleia Municipal de Almada.

Aqui na Charneca de Caparica, terra de cultura, de desporto, de um grande apego ao património. Aqui na Charneca de Caparica possuidora do grande pulmão da Região de Setúbal- a Mata dos Medos - que urge defender e preservar na defesa do ar puro que queremos partilhar com toda a população do Concelho, uma retribuição devida pela excelente água da torneira que nos é disponibilizada. Aqui nas instalações do Clube Recreativo Charnequense, uma das onze associações centenárias do nosso Município.



Em nome da Assembleia de Freguesia e da população Charnequense e Sobredense que representa o nosso Muito Obrigado.

No meu breve tempo de participação nesta Assembleia Municipal não quero deixar de referir um sítio emblemático (problemático, quiçá) para a população da Vila da Charneca de Caparica - a ex EN377.

Com mais de 8 quilómetros de extensão dentro da nossa Vila (vamos encontrar a sua continuidade para lá do Marco do Grilo) nela está espelhada o desenvolvimento do "sítio" de mais de 500 anos. Já foi Estrada Real (uma das melhores da Península de Setúbal), já foi Estrada Distrital e Estrada Nacional. Hoje, desclassificada, é um conjunto de ruas da Vila de Charneca de Caparica.

Já foi caminho de peregrinação do Círio dos Saloios a Nossa Senhora do Cabo, mas também já foi caminho dos burros e dos cavalos conduzidos pelos almocreves que iam a Sesimbra buscar peixe. Igualmente nele circularam e circulam veículos de alta cilindrada que se dirigem em parte ao Golf da Aroeira.

Contudo, foi sempre e continua a ser um eixo estruturante do crescimento por vezes explosivo da demografia e do urbanismo que tal implica.

Espelhando, como espelha, o desenvolvimento progressivo da urbe durante 500 anos, uns tempos lento, outros tempos de uma rapidez incrível, não admira a grande dificuldade da sua reconfiguração e requalificação que levou durante décadas muitos de nós, embora e talvez por isso conhecedores do território a considerar que seria uma "missão impossível".

Senão quando, já no presente mandato autárquico, uma decisão política e de gestão urbanística à qual um conjunto de técnicos (quase me atrevia a dizer com a magia do saber) responderam com competência e empenho trouxeram a esta mesma sala uma solução que sempre pensamos não poder existir e que nos surpreendeu e nos fez-sentir orgulhosos por sermos parte de Almada Município.

Fase difícil se avizinha - a concretização. Mas quem teve capacidade para projetar a realidade de uma solução que pensamos nunca passar de um sonho tem também, temos a certeza, capacidade de concretizar no terreno o que foi sabiamente projetado.

A população da Vila da Charneca de Caparica espera com ansiedade a concretização, faseada que seja, da requalificação da ex EN 377, que também já foi Estrada Distrital e Estrada Real. Mas tem consciência de que vale sempre mais uma solução consolidada com um projeto de desenvolvimento do que soluções transitórias, mais rápidas mas sem consistência."

5.2 - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Rui Jorge Gonçalves Aça, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Município Exm.º Senhor Rui Jorge Gonçalves Aça:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Eu venho aqui como proprietário de uma casa que comprei há vinte anos, na rua Nascimento Penedo, nas Quintinhas e de facto é a última solução que eu arranjei depois de eu ter de facto apresentado a quem de direito; à Câmara, à organização, enfim todos os organismos da Câmara para resolverem o problema de uma urbanização que existe nas Quintinhas, que está completamente abandonada, que não tem evolução absolutamente nenhuma e que me parece que é um foco de graves problemas. Esses problemas passam pela falta de manutenção da urbanização. Eu tenho conhecimento, fiz já algumas démarches junto da Câmara e que realmente me apercebi que de facto a urbanização não tem dono, não sei de quem é. Eu sei que há uma parte da urbanização que foi cedida na altura da urbanização à Câmara Municipal de Almada, em que consistia numa construção de um parque infantil, etc.. A urbanização está deformada, não consigo realmente chegar a lado nenhum, porque vivo dia a dia com problemas de mato em grande densidade, buracos na estrada, mas grandes buracos na entrada da urbanização. Por exemplo, não vemos lancis, o mato praticamente abrange metade da estrada, não há manutenção, há um vazadouro de todos os dias de todo o tipo de materiais. Só quem passar por lá é que poderá perceber. E realmente os meus amigos perguntam se eu vivo no Camboja ou em África, porque de facto eu pago os meus impostos, sou um cidadão normal e o que eu pedia é realmente um pouco de reflexão nesta situação, porque de facto é impossível de viver naquela zona, porque estamos sujeitos a incêndios, o mato encosta à moradias, não há limpeza, não há de facto uma projeção da Lei que obriga as pessoas que não construíram, que estão encostadas às moradias para limpeza, etc.. Esta palavra vem aqui de facto para alertar e para ver se realmente poderiam verificar esta situação que é bastante perigosa, porque há outro tipo de coisas, poeira, limpezas de casa, lamas, etc., que de facto não podem continuar, ratos e outro tipo de... porque há um mato, há que haver ali de certa forma um pouco de atenção para aquela área, aquilo é um impasse, as pessoas não vêm cá porque não têm disponibilidade, enfim já têm alguma idade e eu venho cá representá-las para de facto ver se há alguma possibilidade de verificarem esta situação. Que há vinte anos eu tenho documentos, tenho tudo para poder demonstrar de facto.

Muito obrigado, eu peço desculpa desta situação, mas eu tinha que vir cá.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves palavras, ia começar pela questão que nos foi colocada pelo Sr. Rui Jorge Aça. Nós vamos verificar o que se passa, temos aqui o seu e-mail, não temos telefone, vamos entrar em contato consigo e vamos verificar o local para ver exatamente o que se passa, não temos presente exatamente essa zona, não vale a pena estar a especular. O que importa é o



compromisso perante a Assembleia, também e naturalmente perante os moradores, mas perante a Assembleia de que iremos procurar esclarecer e com certeza beneficiando da diligência sempre presente do Sr. Presidente da Assembleia, que tem o cuidado de nos lembrar das questões colocadas pelos Srs. Munícipes, nós não deixaremos de dar resposta à Assembleia também sobre estas matérias.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Assembleia das Freguesias da Charneca e Sobreda que saúdo vivamente, gostava sobretudo de sublinhar dois aspetos. A reabilitação e recuperação de muitas áreas desta Freguesia como de outras áreas do nosso território, não tem sido efetivamente fácil, o processo de crescimento urbanístico foi feito à medida das oportunidades e das posses dos proprietários e da iniciativa dos vários promotores, e podemos dizer que aqui a intervenção das instituições públicas durante muitos anos talvez não tanto como isso tudo, porque isto começa praticamente no início ou metade dos anos sessenta, mas ainda durante o período do fascismo, mas depois com o Poder Local Democrático chegamos já efetivamente atrasados a estes territórios. Cresceram de uma forma anárquica e deixando problemas enormes por resolver. O importante é que se consiga reduzir ao mínimo aquilo que sejam os danos colaterais da recuperação. Isto é, que todos aqueles que aqui criaram esperança de ter a sua casa, de ter a sua família, de ter o seu lugar de conforto, para todos eles ou a esmagadora maioria deles seja possível confortar. Mas efetivamente por vezes para que seja possível que a água chegue a todos e que os esgotos corram e para que as estradas se façam, para que os passeios existam é necessário que alguns sejam mais sacrificados do que outros e alguns e para alguns até por razões de caráter ambiental e determinações e normas que são estabelecidas não possam concretizar os seus sonhos na condição que o desejávamos. Estamos a viver num território com estas características, mas queria deixar-vos esta compreensão da nossa parte e a aposta para que as soluções sejam encontradas pelos seus órgãos representativos, com os seus órgãos de Freguesia, com as suas Comissões de Moradores, com as suas Associações próprias e com cada um também em particular. E as soluções que vamos encontrando também para a ex-Estrada Nacional 377, é também essa. Será construída com as populações e em todos os seus passos e em todos os processos executivos que no momento em que se iniciarem não deixarão também de provocar incómodos. Mas o incómodo vai ser necessário para que a obra se faça. E queria aproveitar a oportunidade que me deu de eu me referir a este aspeto, para dizer que tão rapidamente quanto possível e aproveitando também as oportunidades que o Quadro de Portugal 2020 nos dá, se darão novos passos na concretização de uma obra que demorará algum tempo a concretizar totalmente, mas que é nosso desejo que permita que esta via estruturante com a história que tem possa ser um contributo para o desenvolvimento deste território que apesar de tudo é um instrumento de rejuvenescimento do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nosso Concelho e que nós todos temos interesse enquanto Município em que possa realizar-se em todo o seu potencial. Queria-vos deixar este nosso propósito.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (Conforme Anexo IX da Ata Nº 41/XI-3º), Continuação.

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira, António Pedro Maco, Maria Odete Alexandre, Pedro Matias, Margarida Luna de Carvalho - Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, José Joaquim Leitão, António Salgueiro, Luísa Ramos, Pedro Matias, Luís Palma, Luísa Ramos, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um cumprimento especial para a TV Almada, que está a permitir que estas Sessões sejam transmitidas e possam ser em casa observadas por muitos cidadãos do Concelho e não só.

O Bloco de Esquerda considera relevante este ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal e como sempre fez no passado, não pode deixar de apresentar sugestões e propostas e alertar o Executivo Camarário relativamente a insuficiências, deficiências e problemas que existem e ainda persistem desde algum tempo. Aproximamo-nos de um período estival e estando a realizar esta Assembleia Municipal na Charneca de Caparica, Freguesia onde se verifica tal como na Costa da Caparica um aumento muito significativo de visitas, não podemos deixar de apelar à autarquia para a necessidade do reforço de todos os meios humanos e técnicos para possibilitar quer aos residentes fixos, quer a todas e a todos que usufruem das habitações, praias e matas do Concelho as melhores condições possíveis no que concerne à limpeza, salubridade, recolhas de aparas de jardim e monos domésticos, assim como da habitual e meritória competência e esforço abnegado dos Bombeiros das Corporações do Concelho, os quais tudo têm feito para assegurar a defesa do património florestal e de todo o edificado. Não tendo pretensão de esgotar todas as situações a que assistimos no dia a dia, embora possa parecer que alguns assuntos sejam irrelevantes, para o Bloco de Esquerda não o são, e com certeza que para as Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais e para o Executivo também não são irrelevantes. Somos questionados no dia a dia relativamente a vários problemas e não podíamos deixar de o referir nesta Assembleia.

Na rua da Quinta do Bom Retiro, Vale Fetal, uma sarjeta de sumidouro não tem qualquer resguardo, está situada entre o parque da Sobreda e as instalações da Câmara Municipal. Neste local verifica-se a passagem de muitas pessoas que fazem caminhadas e corridas e a situação que aqui é referida urge ser resolvida. Na rua António Luís Gomes também em Vale Fetal, persiste diariamente um “depósito de monos domésticos apesar de haver um cartaz



relativamente a coimas a aplicar. Pensamos que há necessidade de intervenção na alameda Guerra Junqueiro, no Feijó, com a eventual colocação de ilhas na via rodoviária, especialmente em frente ao Complexo Municipal dos Desportos. A velocidade com que circulam inúmeros veículos ligeiros, pesados e velocípedes sobretudo no sentido descendente, é manifestamente excessiva, ficando em perigo quem necessita de atravessar a pé a referida via. Torna-se assim indispensável criar novas condições de circulação, assim como o reforço da sinalização horizontal e vertical. Este assunto aliás, porque também está presente o Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó, e este assunto tem sido abordado mais do que uma vez na Assembleia das Freguesias e portanto achamos que se torna necessário uma intervenção naquele local. Ainda na alameda Guerra Junqueiro, em ambos os lados, logo a seguir à Escola António Gedeão, no sentido Laranjeiro/Cova da Piedade, não existem passeios. A mesma situação persiste em frente à Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Alebrança, também no Feijó. Havendo conhecimento da existência de dificuldades no diálogo com os proprietários dos terrenos pretendemos ter uma informação atual sobre o evoluir da situação e quais as perspetivas de concretização destas obras. Apresentamos também uma sugestão no que se refere à escada que existe na parte exterior do Museu da Cidade, da Cova da Piedade, na rua José Malheiro que possa ser transformada em rampa em parte ou na totalidade, minimizando assim as dificuldades na mobilidade. Referimos também o gradeamento da Escola Básica 1º Ciclo Nº 2, na avenida da Fundação, na Cova de Piedade, este gradeamento está muito degradado e mesmo apodrecido. Pensamos que é urgente uma intervenção nesta Escola. Referimos agora uma bomba de incêndio, na rua Castelino Pais, ainda na Cova da Piedade, desejamos saber se são efetuadas inspeções periódicas que achamos que acontece e ações de manutenção pois neste caso concreto parece-nos não ter havido manutenção. Relativamente à toponímia no Concelho de Almada, consideramos que há um trabalho vasto a desenvolver tendo em atenção a inexistência, podemos constatar em inúmeros locais e noutras situações a completa degradação de placas e pedestais. No que concerne a repavimentação das vias no Concelho, verificou-se nos últimos meses uma evolução positiva, mas estes trabalhos devem continuar, pois é ainda possível confirmar inúmeras estradas degradadas com buracos, piso irregular ou mesmo sem asfalto. Estamos convencidos que este processo foi iniciado e com certeza será concretizado noutros locais. Referimos agora a linha 1.6 acerca da atividade municipal no que se refere à Trafaria. Realçamos o que é referido em relação ao evento Vinho e Gastronomia, assim como a intervenção na Capela do Antigo Presídio e promoção do mesmo com um espaço cultural de fortes potencialidades para a Freguesia. Concordamos com tudo o que possa ser feito em defesa da população deste território do Concelho de Almada, aliás como de todas as Freguesias do Concelho de Almada sem exceção e pensamos também no que se refere à Trafaria que o exemplar processo desencadeado em unidade na luta contra os contentores,



serve de exemplo concreto da importância de gerar um amplo movimento que englobe a autarquia e os autarcas, os moradores, os pescadores, os comerciantes locais, a paróquia e todos aqueles e aquelas que estejam com vontade de enfrentar os ataques sucessivos a que têm sido sujeitos os habitantes da Trafaria e outros locais da Freguesia. Todas e todos não seremos demais.”

6.1.1.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para colocar umas breves questões relativamente a este período da ordem do dia, relativamente à atividade. A primeira questão tem a ver com algumas informações que o CDS-PP solicitou junto dos Transportes Sul do Tejo, portanto a empresa privada que presta serviço público de transportes no Concelho de Almada, relativamente a algumas questões que o CDS-PP foi auscultando, digamos assim, ao longo de alguns meses os utentes desse mesmo serviço de transportes. A questão que eu trago aqui hoje já terá sido colocada numa das Assembleias Municipais anteriores, ao qual se me permite Sr. Presidente da Câmara, enfim deu uma resposta um pouco evasiva que tem a ver com a iluminação no Terminal de Autocarros, em Cacilhas. Ora uma das questões que o CDS colocou à TST, tem a ver com a falta de segurança que advém da falta de iluminação no mesmo Terminal. O Terminal, nomeadamente à noite e nomeadamente nas épocas de inverno, encontra-se a partir de uma determinada hora praticamente sem luz, a única luz que existe mesmo é a luz dos faróis dos autocarros que ali passam. Ora, o que é que vai causar? Vai causar em termos de segurança, em termos de visibilidade e portanto é uma das questões que foi indicada pelos inúmeros utentes que utilizam esse meio de transporte. O Sr. Presidente na altura não chegou a dar uma resposta, disse que inclusivamente falamos de um dos postes, salvo erro até os dois postes que estão sem iluminação quer também relativamente às paragens, também não têm iluminação, existe uma enorme dificuldade, nomeadamente as pessoas mais idosas em verificarem os horários que lá estão especificados nessas mesmas paragens. A TST respondeu, e numa das questões que a TST respondeu, remeteu a responsabilidade da iluminação do Terminal Rodoviário de Cacilhas para a Câmara Municipal, e relativamente às paragens para a Junta de Freguesia. Sr. Presidente, tendo em conta esta resposta por parte da Transportes Sul do Tejo, gostaria que a Câmara Municipal ou mesmo a Junta de Freguesia se pudesse pronunciar relativamente a esta mesma resposta.

Relativamente a outra questão. Temos indicação que a Câmara Municipal esteve no Ministério da Administração Interna relativamente à questão do Quartel da GNR, da Trafaria/Caparica. O CDS-PP também esteve, também estivemos reunidos com a mesma Secretária de Estado e gostaríamos de saber Sr. Presidente quais foram, se realmente pode dizer, se é público as conclusões dessa mesma reunião, quais as conclusões da mesma e Sr. Presidente se é também do intuito da parte do MAI - Ministério da Administração Interna, além do Quartel na



Caparica, se é do intuito do Ministério da Administração Interna manter também aberto o Quartel da Trafaria exatamente para as mesmas forças de segurança.

Depois uma questão muito simples, Sr. Presidente, estamos a entrar no mês de maio, gostaríamos de saber em que data, qual é a data que está marcada para a abertura oficial da época balnear.”

6.1.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Considero que este é um dos momentos mais importantes das nossas reuniões de Assembleia Municipal, porque aqui temos possibilidade de expor ao Sr. Presidente algumas das nossas preocupações sobre aquilo com que nos confrontamos no dia a dia. Mas hoje eu gostava de começar pelo seu documento e dizer-lhe que o seu documento sofreu um apagão, não sei se já deu por isso. É que habitualmente nós somos confrontados com uma atividade excecional por parte do Departamento do Ambiente, desta vez o Departamento do Ambiente foi de férias, ou então ficou a preparar o evento da semana passada e não teve tempo de fazer o Relatório para o Boletim da Atividade Municipal. Eu saudei ontem também a realização daquele evento e acho que foi uma coisa interessante e oxalá a população adira às propostas que estão lá consagradas. Eu fiquei satisfeita por estarmos a trabalhar nessa área, é uma área à qual sou bastante sensível e portanto fiquei bastante satisfeita, mas não fico nada satisfeita que não haja aqui no nosso documento o Relatório sobre esse assunto. E como o Sr. Presidente sabe eu sou muito atenta ao documento e depois encontro coisas que me suscitam alguma curiosidade. Por exemplo na página 49 diz que foram desenvolvidas ações de formação, máquinas e equipamentos de trabalho e procedimentos de segurança e depois diz assim “máquinas e equipamentos de trabalho envolvendo 10 trabalhadores e 12”, 12 quê? Eu gostava de saber o que é. Pode ser um lapso na impressão, pode ser qualquer outra situação, mas eu gostava de saber.

Depois li com muita atenção a introdução que o Sr. Presidente faz e na página dois da introdução o Sr. Presidente diz-nos que relativamente à promoção turística no Concelho destaca-se neste período a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa e em diversos certames internacionais e nacionais de promoção turística. Eu gostava de saber se nestes certames, nestas bolsas de turismo foi avisado que Almada está fechada durante o período da época da Páscoa. Porque é muito triste, é muito lamentável que a época em que Almada é mais procurada pelos turistas, nós nos deparemos com o Centro de Turismo fechado, encerrado durante sexta, sábado e domingo que deviam estar abertos e os nossos equipamentos municipais tão bonitos estejam fechados a essa possibilidade de os turistas poderem usufruir daquilo que é nosso. Eu volto a sugerir que o Sr. Presidente com as possibilidades que tem dentro da sua autoridade municipal possa compensar os funcionários de alguma maneira, com mais férias, com outra situação qualquer e que possam naqueles



dias manter os equipamentos abertos, porque de facto continua a ser lamentável que isso aconteça.

Depois na página 5 da introdução também verifiquei que existe uma Rede de Apoio a Idosos Vítimas de Violência, eu saúdo esta rede de apoio a idosos vítimas de violência porque cada vez mais a comunicação social nos diz que essas coisas vão acontecendo. Eu felizmente não conheço nenhuma situação, mas acredito que elas de facto ocorrem, e já agora eu sugeria que a autarquia criasse um Plano Municipal para Apoio à Infância. É verdade que nós temos muitos idosos, é verdade que nos devemos preocupar muito com os nossos idosos, mas temos poucas crianças e portanto se calhar um plano municipal de apoio à infância seria qualquer coisa bem pensado. É a minha sugestão.

Finalmente eu gostaria de chamar atenção para uma outra situação, também diz que a modernização e a valorização do serviço público estão a ser feitas, e estão. Eu li com muita atenção este capítulo, a minha sugestão é que nós temos na Câmara pessoas de alto gabarito, de competência no seu desempenho, que essas pessoas possam ser de facto distinguidas, porque são exemplares e as pessoas que são exemplares devem ser exibidas como um trunfo que a Câmara tem. A Câmara tem trabalhadores impecáveis e eu acho que devem ser distinguidos.”

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista hoje traz aqui um assunto, vem aqui fazer no âmbito da atividade municipal, vem aqui fazer quatro questões que têm sido tratadas noutras Assembleias, mas esta onde estamos na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, é o ideal porque estamos no território onde temos perguntado com alguma insistência ao Sr. Presidente alguns assuntos e que ao longo do tempo não temos visto nenhuma melhoria ou as melhorias são muito reduzidas. E o Sr. Presidente há pouco numa intervenção que fez, a responder aqui ao Victor Reis sobre a Estrada Nacional 377, eu percebi o sentido e o alcance do seu discurso mas as palavras não alteram a realidade, Sr. Presidente, é preciso ação.

E o primeiro assunto que nós gostaríamos de ver esclarecido hoje neste território, tem a ver com a requalificação da rede viária Charneca/Sobreda. O Partido Socialista ao longo deste mandato tem vindo insistentemente a pedir que isto seja uma prioridade na atividade municipal e que seja uma prioridade do Município e que o investimento feito na Charneca deve ser encarado como uma melhoria substancial deste território. E no nosso entender isso não tem sido ouvido, não tem sido compreendido e temos que continuar junto do Sr. Presidente e da Vereação para que se preocupe com esta situação. Todos hoje nós sabemos que a requalificação da rede viária na Charneca é altamente deficitária. Ainda há pouco esteve aqui um Munícipe, ontem tivemos aqui a Sr.^a da APRHA e temos na rua todos os dias, quem anda na rua, quem frequenta a Charneca de Caparica dizem que isto parece,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alguns sítios, África, porque temos estradas na Charneca que têm mais buracos do que alcatrão. Isto é um assunto recorrente, e por isso continuamos a insistir que o Município deve dar prioridade a este assunto, deve colocar este assunto na agenda do dia e temos a questão também para além de todo o território Charneca/Sobreda que durante quarenta anos não houve nenhum investimento na rede viária, nos últimos meses três foram requalificadas, sete ruas. É preciso encarar isto com alguma preocupação e com alguma proatividade.

E agora queria falar aqui um pouco sobre a ex-Estrada Nacional 377. Deve estar a fazer em Junho ou Julho deste ano, um ano precisamente nesta sala a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal veio aqui apresentar o projeto de requalificação desta estrada. Eu estive presente, como muitos Municípes, que alguns aqui estão, outros não estão, alguns Deputados Municipais penso também estiveram e ficou decidido nessa altura, isto palavras da Sr.^a Vereadora Amélia Pardal, por acaso não está tenho pena, que iria iniciar-se a obra no final de 2015, princípios de 2016. Eu questionei a Sr.^a Vereadora se ela não se estaria a enganar no ano, é janeiro, mas não é em 2016, provavelmente será em 2017. E tivemos também o Boletim Municipal em setembro de 2015 a anunciar o início da requalificação, e eu passo aqui a citar, diz o Boletim de 16 de julho de 2015, “O projeto de execução da primeira fase já está em elaboração. A obra terá início em 2016”, Boletim Municipal de Almada. Continuamos com o problema da Estrada Nacional 377 no mesmo sítio onde estava há quarenta anos. Temos uma estrada que não é requalificada para além do resto do território. E esta questão Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais, tem vindo o Partido Socialista a colocar esta questão com alguma insistência e por vezes a resposta é que é um investimento muito elevado para o Município. Mas queria dar aqui nota que não é, é um investimento justo e legítimo desta população, porque o Município neste Mandato de 2013 para 2015, aumentou as suas receitas correntes em sete milhões de euros, IMI e IRS incluídos. Estamos a falar de um aumento exponencial de receitas municipais. Se havia aqui alguma questão que era uma questão de dinheiros, ou uma questão de investimento, não é, é uma questão de opção política, é uma questão de opção política. O Município por algum motivo ainda não percebemos, não quer investir neste território e não quer requalificar. Até agora não mostrou essa vontade, esperemos que no futuro haja essa possibilidade e penso que o Sr. Presidente é sensível a essa situação, e que estará atento nos próximos tempos a esta problemática que vai também de encontro àquilo que é um desenvolvimento integral de todo o Município e de todo o Concelho.

Outra questão também que me parece importante e o Partido Socialista aqui gostaria de lhe fazer esta pergunta diretamente Sr. Presidente, se pudesse responder de forma objetiva que tem a ver até ao final do mandato, qual é o investimento ou quais são os quilómetros ou as estradas que a Câmara Municipal pensa em requalificação, porque as pessoas hoje perguntam e o Município tem que responder, é necessário perceber onde é que estamos e



onde é que querem ir. Julgo que há um Plano Estratégico para a Charneca, como há para todos os territórios. Relativamente a esta questão penso que ficamos por aqui.

O ponto número dois tem a ver com a limpeza urbana, também recorrente a limpeza urbana na Freguesia da Charneca e Sobreda muito deficiente, lavagens de ecopontos, lavagens de contentores, limpeza de ruas, corte de ervas. Há um conjunto de situações que continuam deficientemente, há quadro de pessoal no Município por preencher, são cerca de 170 lugares, se não há trabalhadores, temos que meter gente para trabalhar. Há muito desemprego neste País.

O ponto número três tem a ver com a sinalética. Falta de sinalética Sr. Presidente, continuamos na Charneca de Caparica e Sobreda com uma grave deficiência de falta de sinalética. Vão aos cruzamentos e não existe sinalética, é importante. Quem, alguém do Município ou da Junta de Freguesia venha aqui ver o que se passa.

E para terminar, também muito rapidamente sobre a iluminação pública, também era importante que esta questão da iluminação pública, que é uma questão ligada à segurança e que neste território é muito deficitária, também alguém viesse aqui e olhasse para isto com alguma frontalidade e que decidisse resolver também de uma vez esta questão.”

6.1.1.5 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Luna de Carvalho - Presidente da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

Antes de mais, saudar a realização desta Assembleia Municipal na Freguesia da Charneca de Caparica, e se me permitem também uma saudação especial para o Clube Recreativo Charnequense, um dos dois Clubes centenários das nossas Freguesias que acolhe esta Assembleia Municipal.

Eu gostaria de aproveitar a presença desta Assembleia Municipal na Charneca de Caparica para vos trazer algumas preocupações da própria Junta de Freguesia, mas também daquilo que temos ouvido da população, que temos também um contato constante e portanto algumas preocupações. Mas antes disso cumpre-me também afirmar obviamente que a Junta e os serviços e o Executivo e os seus trabalhadores vão continuar em articulação com os vários serviços municipais, estando nós neste momento a melhorar a eficácia e os tempos de resposta conjunta, nomeadamente no que diz respeito às competências delegadas para a Junta de Freguesia, mas também em articulação em competências que não sendo delegadas, fazemos trabalho articulado como é o exemplo, por exemplo de corte de ervas e da desmatação, algumas questões a nível da salubridade, da intervenção no espaço público e já agora referir, se me permite também, que por exemplo ao dia de hoje podemos afirmar que uma das competências delegadas que é a reparação de calçadas, a Junta tem neste momento todas as reclamações dos Municípes em dia. O tempo de resposta neste momento, de uma reclamação na reparação de um buraco na calçada é em 48 horas. Isto obviamente



com um grande esforço também dos trabalhadores da Junta de Freguesia da Charneca e Sobreda, e para eles também vai a minha palavra.

Obviamente e como têm conhecimento deparamo-nos também neste momento, por um lado com a constatação da degradação de muitas das nossas vias de comunicação. Já aqui foi referido, nomeadamente na Freguesia da Charneca, mas também por outro lado temos a noção real de que muitas destas vias das Freguesias e também já foi aqui dito pelo Sr. Presidente, não se encontram em posse do Município, provêm de processos urbanísticos muito complicados, muito complexos, muitas vezes processos de génese ilegal, têm infraestruturas ainda não concretizadas, mas que ao mesmo tempo apesar destas géneses sabemos que são vias cuja afluência de tráfego tem tendência a aumentar e portanto daí a degradação também aumenta. Somos uma Freguesia em franco crescimento felizmente, e sabemos que o plano de reasfaltamentos sofreu aqui alguns atrasos anteriormente. O plano 2015 está cumprido, sabemos que há projetos concretos como é o caso daquele que já foi falado da reconversão da Estrada Nacional 377, sabemos que há inclusivamente no terreno algumas manobras que visam a alteração do início do local, do início da obra. Enfim, o Sr. Presidente também já deu algumas notas sobre esta obra, sobre este importante projeto que já foi aqui hoje falado várias vezes, mas gostávamos de ter alguma informação sobre o plano de asfaltamentos para as vias da Charneca, plano de asfaltamentos de 2016 e eventualmente continuação para 2017. Também sabemos obviamente e temos a consciência que, não utilizando argumentos populistas, há situações burocráticas muito morosas, concursos públicos muito morosos que por vezes não permitem aos serviços uma ação mais célere e tão célere quanto se desejaria. Da parte da Junta de Freguesia obviamente aqui a disponibilidade total na concretização, planificação ou eventualmente alguma outra questão da nossa parte. Outra questão que eu colocava, se me permitem, tem então a ver com a construção da nova escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, que já é público, na zona das Quintinhas, na Quinta de Santa Maria. Nós tivemos já conhecimento do projeto, sabemos que é um projeto ambicioso, um projeto que vai dar resposta a muitas famílias também e principalmente na área do Pré-Escolar. Gostaríamos também de pedir algum ponto da situação desta obra, temos noção de que era importante que nos próximos anos letivos ela fosse de facto concretizada, porque temos neste momento famílias que têm que colocar os seus filhos fora das Freguesias para estudar, não só no 1º Ciclo como depois em anos mais avançados como é o exemplo do ensino secundário. Temos apenas uma única escola secundária nestas duas Freguesias, a Escola Secundária Daniel Sampaio e também penso que é necessário obviamente junto das entidades competentes que não a Câmara Municipal, fazer uma previsão, falarmos sobre o assunto, porque de facto se calhar a Charneca de Caparica necessitava de uma Escola Secundária. As escolas do 2º e 3º Ciclo estão a abarrotar, neste momento os alunos estão a ir para Corroios, estão a ir também para fora do Concelho e é



necessário de facto avaliar esta situação. As escolas que existem estão neste momento dotadas de bons equipamentos, de bons profissionais, principalmente de bons projetos pedagógicos, e estão elas também de parabéns.

Eu ficava-ma por estes dois assuntos, mas ainda se me permitem dizer só duas coisas que têm a ver diretamente com algumas competências delegadas para a Junta de Freguesia como é o caso de recolha de monos e aparas de jardim. Acho estranho que por vezes se aguarde pela Assembleia Municipal para vir dar nota de questões que estão na rua e que com um simples telefonema se podem resolver, e portanto eu também deixava aqui o apelo aos Srs. Deputados Municipais, aos Srs. Munícipes que têm uma linha gratuita para cada Junta de Freguesia que podem utilizá-la e penso que posso falar em nome de todas as Juntas, porque é um procedimento que existe em todas as Juntas, portanto uma linha gratuita onde podem ligar e dar indicação onde existem os monos e aparas de jardim para que os serviços das Juntas vão lá recolher e não aguardem pela Assembleia Municipal para vir fazer algum show-off até sobre este assunto. O serviço na Charneca e na Sobreda funciona em pleno e portanto também dizer que neste momento além do serviço de monos e aparas de jardim temos também o serviço de recolha de entulho para pequenas obras, que está a ter um grande sucesso e portanto aquilo que nós queremos é limpar as ruas da nossa Freguesia, mas sobretudo incutir nos cidadãos também o espírito cívico para que seja e é bom morar no Concelho de Almada.”

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voltava neste período de informação sobre a atividade municipal a um tema já abordado ontem, a propósito de uma Moção que foi apresentada pela CDU e foi aprovada por unanimidade. Era a Moção sobre Saudação pelo investimento no aceso às TIC, nas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardim de Infância da Rede Pública. E essa Moção referia dois aspetos absolutamente objetivos. Primeiro aspeto, as escolas foram dotadas de 248 computadores. Segundo aspeto, proporcionando assim dotar cada uma das salas de pelo menos um computador. São estes dois aspetos da Moção. A Moção foi apresentada pela bancada da CDU, não responsabiliza a Câmara pelos dados apresentados, mas de qualquer modo, sendo a mesma força política que suporta a Câmara e que integra a bancada, eu resolvi, como fiz uma intervenção no sentido de dizer, bem é importante, nós associamo-nos, congratulamo-nos, mas não é assim tanto, deveria haver mais. De qualquer modo como a Câmara teve a gentileza de no final do ano passado me disponibilizar informação que tinha pedido sobre a rede do 1º Ciclo e Pré-Escolar, eu fui ver se era mesmo assim. E portanto o que é que eu conclui? Conclui que as salas do 1º Ciclo e do Pré-Escolar, de acordo com a informação da autarquia são 334; dessas 334 salas, 23 são em escolas integradas e portanto podia acontecer que a Câmara dissesse, não, nós não temos nada que equipar as salas do 1º



Ciclo das Escolas Básicas Integradas, nós temos 311 salas do 1º Ciclo e do Pré-Escolar. Ora, se temos 311 salas, 248 computadores não podem garantir um computador em cada sala e portanto há aqui qualquer coisa que não bate bem, e como eu acho que todos nós somos gente de boas contas, o apelo que eu faria era que este assunto pudesse ser esclarecido, até porque mesmo que isto seja verdade, e mesmo que este raciocínio que eu faço tenha pés para andar, mesmo que tivesse, mesmo que não haja e o erro a haver é em documentos da CDU, não pode ser nos meus. E portanto é necessário esclarecer, mas de qualquer modo diria eu, mesmo a ser verdade apesar de tudo é importante haver um esforço e fixar-se um objetivo. Agora, temos de ver é se esse objetivo modesto, um computador por sala de aula. Agora vamos ver se foi atingido ou não.”

6.1.1.7 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Neste ponto da ordem de trabalhos queremos começar por solicitar à Câmara que veja das possibilidades de ser instalado um abrigo junto à paragem dos TST na Vila Nova de Caparica no sentido de quem vai para a Costa da Caparica, para proteção do sol, da chuva e do vento.

Os moradores da rua Bento de Jesus Caraça, no Laranjeiro, reclamam a instalação de lombas junto à passadeira situada em frente ao nº 51, já que a velocidade a que os automóveis passam naquela via é enorme e é preciso que abrandem.

Informar que os painéis indicativos da velocidade a que circulam os automóveis na av.ª D. Nuno Álvares Pereira, em Almada, estão avariados ou desligados.

Na rua S. Salvador da Baía, em Almada, junto à antiga praça de táxis, encontra-se um buraco na via que vem prejudicando bastante a circulação automóvel e que pode originar despesas acrescidas para a Câmara pois pode danificar as viaturas que por ali continuam a circular. Neste momento já é uma verdadeira cratera.

À entrada do parque de estacionamento sito a meio da av.ª 25 de Abril, em Cacilhas, existem 6 lugares reservados para estacionamento de cargas e descargas, o que no passado justificar-se-ia já que existia ali uma grande loja de venda de móveis. Ora acontece que essa loja de móveis já saiu de lá à cerca de 10 anos, o que configura que esses 6 lugares para cargas e descargas em princípio já não tem razão de ser ou pelo menos tantos lugares. Nesse sentido solicito que a Câmara possa analisar a situação e se for caso disso revê-la, até porque a Ecalma anda constantemente a multar os munícipes que ali estacionam porque os lugares são insuficientes.

O trânsito na rua José Martins Vieira, na Cova da Piedade, continua a ser um caos, especialmente nas horas a que os pais vão à Escola Comandante Conceição e Silva buscar os filhos. Foi retirado um dos sinais de proibição de estacionar o que tem originado que estejam viaturas estacionadas nos dois sentidos, o que vem dificultando e muito a circulação.



No que respeita ao semáforo sito na av.^a Rainha Dona Leonor, junto ao stand da Citroen e que dá acesso à Escola do 1º Ciclo dos Caranguejais, parece que tem algum problema de funcionamento, pois alguns dos pais que levam as crianças à escola queixam-se de que o sinal para os peões nunca chega ao verde.

A rua de Moçambique, na Cova da Piedade, precisa do desbaste da mata e talvez de uma desratização, até porque também tem vindo a acumular bastante lixo.

O acesso pedonal das escadas que dão acesso ao Parque de Estacionamento do Centro Sul também está a precisar da limpeza da mata envolvente.

Volto à carga relativamente à situação do Parque Infantil, sito no Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada. Desta vez tem a ver com um dos equipamentos que as crianças usam para brincar, é uma espécie de aranha com umas cordas e uma plataforma onde se agarram mas que tem um arame ou ferro onde algumas crianças já se aleijaram a descer pois às vezes escorregam. É urgente mandar reparar essa situação. Ainda é necessário mandar arranjar o fecho da porta do mesmo parque infantil que está avariado não se conseguindo fechar o que tem originado por vezes a saída intempestiva de algumas crianças a correr, o que pode configurar situações perigosas.

Parecem existir algumas situações nas habitações sociais na Quinta do Chegadinho, de pessoas que tem lá as casas e que pagam uma renda diminuta, que nalguns casos nem chega aos 10 euros e que algumas delas estão a subalugar a cerca de 200 euros mensais. Será que a Câmara tem condições para efetuar um controle mais rigoroso, por forma a evitar este género de situações? Há a acrescentar que estas situações parecem ocorrer em casas, sitas na rua Almada Negreiros.

No que respeita aqui à Charneca de Caparica continua a ser deficiente a recolha de lixo, bem como a limpeza de ervas nas bermas. Regista-se também alguma falta de sinalização no acesso a algumas vias alternativas, como já foi hoje aqui referido.

Relativamente ao Canil da Aroeira, o PSD visitou há pouco tempo o espaço e verificou, mais uma vez, que as condições do espaço, gerido pela Associação dos Amigos dos Animais de Almada, tem muitas insuficiências e, apesar de sabermos que a Câmara Municipal tem dado algum apoio à associação, especialmente no que respeita aos serviços veterinários, era importante que apoiasse com mais alguma coisa e, sugerimos que esse apoio se pudesse registar no capítulo alimentar para os animais e talvez também na limpeza do canil, por forma a consignar-lhe melhores condições de higiene e salubridade, que iria beneficiar os munícipes que residem naquela zona.

Já agora um pedido de informação sobre o pagamento às pessoas que colaboraram nas mesas de voto nas Eleições Presidenciais, que vêm perguntando o que se passa e, algumas até referem que se conhecem casos de outros Concelhos onde já receberam a verba correspondente e outros até dizem que há casos em que recebem no próprio dia.



Para finalizar gostaria de me referir à distribuição do Boletim Municipal de Almada. Ela tem sido muito deficiente na zona centro da cidade e também em outras zonas do Concelho, pelas informações que nos tem chegado. Não sei como se processa essa distribuição, mas era importante que a Câmara Municipal se inteirasse do que é que está a acontecer para essa anomalia na distribuição, até porque não acreditamos que se trata de uma questão relacionada com o novo encarte da Assembleia Municipal que é distribuído no Boletim Municipal e que reflete a posição de todos os Partidos aqui representados.

Por agora é tudo. Muito obrigado!"

6.1.1.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não vou fazer nenhuma carta reivindicativa de nossas ações para o Município levar, porque creio que isso no decorrer da nossa atividade vamos seguramente ter ocasião de dentro daquilo que são os compromissos do Executivo Camarário projetarmos o trabalho para 2017. Todavia porque nós estamos a analisar o Relatório que nos foi entregue da atividade municipal de dois meses, janeiro e fevereiro, eu quero de alguma maneira e até em temas que aqui já recorrentemente por vários Srs. Deputados foram colocados, eu quero dizer que se leram o Relatório, podem concluir que em dois meses muito das preocupações aqui trazidas estão em marcha, estão em trabalho, estão a ser desenvolvidos.

Eu relativamente à informação aqui prestada pelo Sr. Deputado Pedro Matias, do Partido Socialista, sobre a hipótese de adiamento da requalificação da ex-Estrada 377, eu vou ler o que diz o Boletim Municipal, e presumo que seja este a que o Sr. Deputado fez referência, que é de setembro de 2015, e o Boletim diz "vai avançar até ao final de 2016 a reconversão da ex-Estrada Nacional 377 em via urbana". Ou seja, será durante o ano de 2016 que vai ser feita a reconversão, que vai avançar a reconversão. Portanto a reconversão em abono da verdade e pelo que está no Boletim Municipal citado, não está em atraso. Por outro lado, o projeto de requalificação foi apresentado de facto no dia 16, enfim numa Sessão muito participada e com este projeto a autarquia pretende requalificar e melhorar o conforto da atualização desta via. Ou seja, a CDU, o Executivo apresentou um projeto, apresentou um compromisso e durante o ano de 2016 vai seguramente cumpri-lo. Por outro lado, falou-se aqui que por exemplo não há trabalhos na execução da melhoria das redes viárias, mas se leram o Relatório, nós temos por exemplo que houve conservação e reparação de arruamentos e rede viária no troço da rua da Aroeira, nos troços da rua da Madalena, nas repavimentações, na Charneca de Caparica, rua Camilo Castelo Branco, rua Gervásio Lobato e portanto eu não vou ler mais do Relatório, porque parto do princípio que se há coisas para continuar a fazer, no mínimo relativamente ao que está em análise, deve ser observado o que se fez em dois meses Sr. Deputado, janeiro e fevereiro. E creio que, mas há uma coisa que eu também quero valorizar neste relatório, é que apesar de ser dois meses, não abrandou e



aqui são as opções que eu creio poder dizer as justas opções do Município em canalizar uma boa parte das receitas da autarquia para apoios sociais. E também se lermos este relatório, esta informação de dois meses, concluímos uma grande parte daquilo que são arrecadação de receitas e para pôr ao serviço dos Municípes, é para pôr ao serviço das famílias carenciadas, é para apoio social, é para apoio às crianças, é para dar alimentação nas escolas e portanto creio que temos ainda um caminho a percorrer, temos muita coisa a corrigir e nessa perspetiva eu creio que temos todos que estar muito atentos, chamar atenção do que falta, mas já agora cingimo-nos à ordem de trabalhos.”

6.1.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para repor aqui uma questão e repor a verdade relativamente à questão que a Sr.^a Deputada Luísa Ramos colocou. Eu vou ler o que diz o Boletim Municipal e o que a Sr.^a Vereadora aqui disse, mas o Boletim Municipal diz “o projeto de execução da primeira fase entre a tremoceira e aquelas casas que estão aqui mais à frente, a mil metros, já está em elaboração e a obra terá o seu início em 2016”, está lá escrito na página 13. Só para dar nota de uma outra questão, eu tenho aqui os três últimos Relatórios de atividade municipal. Estradas requalificadas, Charneca de Caparica, mês um e dois deste ano, Troços na rua da Aroeira, Troços na rua Quinta da Madalena; oito, nove e dez do ano passado, rua Quinta do Modelo, rua Manuel da Fonseca, rua Felizardo Artur; mês onze e doze, rua Manuel Ferreira, rua Guedes Amorim, rua Lindley Cintra, rua Anacleto Morais. Sete ruas neste tempo todo, era importante, isto é um assunto importante Sr.^a Deputada, não queria estar aqui a discutir consigo este assunto, acho que o Sr. Presidente tem noção e acho que a bancada da CDU também, da situação atual desta Freguesia e penso que era importante resolvermos este assunto.”

6.1.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Joaquim Leitão, relativamente à Saudação apresentada pela CDU. Os números que tem relativamente às salas que aqui referiu estão corretos, mas a Moção refere 248 computadores esses números também estão corretos. Faz parte de um investimento recente da parte da Câmara Municipal nas Escolas do Ensino Básico e Jardins de Infância, mas obviamente que é apenas um reforço que a Câmara Municipal está a fazer neste momento, porque anteriormente já houve investimento nos recursos informáticos noutras salas de aulas e noutras escolas. Portanto, as contas estão certas e os Srs. ontem também votaram favoravelmente e portanto acho que não tinham dúvidas relativamente a isso.”

6.1.1.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu só quero de facto agradecer a intervenção do Sr. Deputado Pedro Matias, porque ele não nos mentiu, ele acrescentou obra feita.”

6.1.1.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer a todos os Srs. Deputados os seus comentários e as suas observações, designadamente em relação a aspetos em falta e que é necessário corrigir.

Naturalmente não fazemos uma leitura política de uma grande parte das observações que são feitas, designadamente em relação a obras que é necessário fazer. Enfim, qualquer um de nós na nossa vida entramos na nossa casa e iremos apagar a luz, limpar a loiça, lavar a roupa suja, passar a ferro, tirar as lâmpadas fundidas, aquelas coisas todas, não deitar as toalhas para o chão, tudo aquilo que qualquer um de nós faz e que naturalmente numa cidade viva como a nossa, só se estivéssemos mortos é que não havia buracos, não havia lixo, não havia ervas, não havia uma série de coisas que fazem parte da nossa vida urbana, que são sinal que a cidade vive, mas que nos obriga a cuidar dela todos os dias com atenção e a cidade somos todos nós. Por isso os Srs. Deputados em primeiro lugar, mas qualquer cidadão tem esse dever cívico e ontem falávamos em responsabilidades constitucionais e direitos, mas a nossa Constituição também nos atribui esse dever de olhar para a nossa comunidade e de nos apontar e de apontarmos à nossa comunidade aquilo que é necessário fazer melhor e corrigir em todos os aspetos naquelas coisas mais imediatas, mas que são o ponto de partida e também a alavanca para que exijamos que aquelas coisas grandes também possam ser corrigidas.

Muito obrigado pela vossa contribuição, nada se perde como disse há pouco, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem sempre o cuidado de olhando para a ata das nossas Assembleias, lembrar a Câmara Municipal, a Vereação sobre aspetos que foram chamados atenção e sobre os quais é necessário intervir.

Um outro aspeto que todos nós sabemos, é que Almada tem contas equilibradas, temos contas equilibradas, mas nunca dissemos aqui que andávamos a nadar em dinheiro. E temos discutido isso, designadamente quando discutimos o orçamento e quando discutimos as questões das taxas do IMI e do IRS, e da Derrama e uma série de coisas, nós temos defendido que é necessário assegurar o equilíbrio das contas. O equilíbrio das contas é uma coisa, a outra coisa é ter o dinheiro todo que seria necessário para num momento só, e o dinheiro não faz tudo, há quem o considere o Deus, mas o Deus não é dinheiro, o dinheiro temos que o juntar e ter para fazer as coisas, por isso é que há a programação, temos que projetar e programar, é uma coisa própria do ser humano é fazer essas coisas cada uma por sua vez. E é isso que temos procurado fazer. Seria provavelmente incorreto, mas não queria deixar de dizer assim que a Estrada Nacional 377 deixou de ser a Estrada Nacional 377 e foi



(re)desclassificada há mais de 15 anos, justamente porque até essa data a Estrada Nacional do Estado não teve os benefícios necessários para que pudesse ser a estrada que todos ambicionávamos. Entendeu a Câmara nessa altura, porque é a pedido da Câmara que se faz essa desclassificação desta e doutras estradas, que a pedido da Câmara se fez a desclassificação para que pudéssemos intervir na estrada. Porque nós não podemos intervir na estrada, porque nós não podemos intervir e gostaríamos muito por exemplo de abrir o nó da autoestrada da A2 ali por volta da Amora, porque nos resolvia imensos problemas de trânsito em Almada, mas a A2 é do Estado. Agora até parece que é da Brisa, e a gente não consegue lá ir abrir o nó, nem nós nem o Seixal. Nem nós e o Seixal juntos porque aquilo não é nosso, nós podemos intervir porque é desclassificada. E vamos intervir também na Estrada Florestal da Costa da Caparica, adiantando um milhão de euros da nossa parte, numa obra que devia ser do Estado, a troco da desclassificação da estrada, porque essa também é uma das condições que o Estado, o Governo anterior e o atual põe para que seja possível a gente lá intervir. A gente lá intervir na Estrada Florestal adiantando um milhão de euros, vamos ver o que sobra das contas da Comissão Liquidatária do Polis para que a estrada se faça. É preciso entendermos qual é o terreno em que a gente se move e sabermos que nós não desistimos de intervir na Estrada 377, não desistimos de intervir em qualquer estrada ou qualquer rua do nosso território. Que o faremos à medida daquilo que são os nossos recursos e no quadro da sua utilização, mantendo o equilíbrio das nossas contas. Pensamos que o equilíbrio das nossas contas tem sido muito importante para não estarmos confinados às limitações que nos obrigam a Lei dos Compromissos, designadamente e para podermos como aqui estamos a fazer, para podermos ter condições para cumprir os investimentos programados para Portugal 2020, num total de vinte e seis milhões duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três euros; dezassete milhões setecentos e onze mil e setecentos e oitenta e três euros serão financiamento municipal. No caso concreto e estando nós na AML onde os investimentos o máximo de contribuição comunitária é de 50%, nós estamos a lançar para investimento em que a contribuição municipal ultrapassa largamente os 50%. Justamente porque há investimentos que não beneficiam das comparticipações de fundos, designadamente até em áreas de reabilitação que seria importante que fossem feitas e enfim, eu até tenho alguma dúvida quando ouvi a notícia que dizia que a reabilitação, os programas iam começar por Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu, não me enganei, acertei nas quatro. E eu pergunto-me se Almada não deveria também e as outras cidades também, entrar de imediato nos programas de requalificação, mas isso são outras conversas. Mas para dizer que em relação a estas e a outras matérias, nós estamos e continuamos a estar atentos e procuraremos fazer tudo aquilo que esteja ao nosso alcance. Acho que o tom é importante que seja um tom construtivo, porque todos aqueles que estão nesta sala têm já uma experiência municipal e de intervenção municipal bastante rica e que



não é benéfico para o caminho que é necessário travar e com os desafios que temos, que a gente façamos a chamada guerra dos espaventos, aquela guerra dos povos ditos primitivos que é gritarem muito para ver se se assustam uns aos outros e quando por acaso algum morria de ataque cardíaco fugiam todos cada um para seu lado.

A guerra dos espaventos é isto mas é o início do conflito que depois infelizmente evolui para coisas bastante mais sérias. Nós não queremos que nada evolua para coisas mais sérias, não deixando de seriamente tratar dos problemas das pessoas.

Em relação às questões da dotação de equipamento escolar informático, queria dizer-vos que de facto decidimos com o Vereador na sequência da nossa visita, que iríamos dotar todas as salas com o material informático necessário, com os computadores, mas também com os quadros e com o restante material. É isso que estamos a fazer.

Foi com muita alegria que vimos que o Governo iria fazer este ano a dotação de livros aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico tal como nós já fazemos aqui há dois anos e tendo essa verba orçamentada estamos a considerar onde é que a vamos utilizar. Pessoalmente não excludo que possamos, se houver recursos para isso, mas isso é preciso fazer contas, volto a dizer. Não estou a fazer promessa nenhuma, os que estão lá em casa ouçam bem, isto não é nenhuma promessa, mas não excludo que se houver recursos pudéssemos este ano, já que os livros são dados pelo Estado, pudéssemos dar a cada criança que entra para o 1º ano do 1º Ciclo das Escolas públicas um pequeno computador. Mas como sabem isso não chega, é necessário que do ponto de vista dos processos pedagógicos também o resto da equipa e designadamente os Pedagogos, os Professores, se adaptem a essa realidade, e nós no contato que fizemos com as escolas, pelo menos nessa altura ficámos com a ideia que não havia maturidade suficiente ainda para isto. Isto é, computador na escola tem que ser mais que um brinquedo, tem que ser de facto um instrumento de aprendizagem. Mas isto para dizer que estamos a pensar nisso. A questão da informatização não é uma coisa, e das novas tecnologias, não é uma coisa que nos seja estranha, estamos empenhados em procurar ir tão longe quanto possível, numa aposta que fizemos, aposta de mandato de apoiar as nossas crianças e jovens e como objeto prioritário da nossa ação e designadamente das nossas escolas.

Trafaria. Sim senhor, o nosso empenho em relação à Trafaria, como se verá mais tarde nesta Assembleia, é grande. Estamos empenhados na qualificação da Trafaria.

TST, Terminal de Cacilhas. Nós tomámos boa nota disso. Novamente o Sr. Vereador tem estado a acompanhar e vamos ver se tomamos medidas mais rapidamente, e em relação àquilo que é da nossa responsabilidade. As paragens de autocarro são da responsabilidade das Juntas, pelo menos em alguns casos, penso eu, noutros continuarão a ser da Câmara. E em relação às questões da iluminação, tanto quanto sei a responsabilidade é da Câmara. Nós não rejeitamos as nossas responsabilidades e não é por as coisas estarem feitas ou não



feitas, mas nós fazemos logo que seja possível e estamos apostados em concretizar o mais rapidamente possível.

Apagão. De facto em relação a um conjunto de informações da área do ambiente não vieram por um problema de comunicação. Os serviços colocam no programa informático a sua realização das Linhas de Orientação, tal como têm e das atividades, praticamente em simultâneo foram pedidas as informações relativas aos dois primeiros meses deste ano e as informações relativas ao ano de 2015 e fizeram-no em relação ao ano 2015 e não puseram os primeiros meses de 2016. A observação é justa, é correta e será corrigida no próximo relatório, mas já era tarde para conseguir introduzir e o nosso dever é de transmitir a informação que temos. Mas o reparo e a chamada de atenção está correta, mas a informação ser-lhe-á dada.

Sobre as outras questões relacionadas com o turismo, em relação às questões do encerramento na Páscoa, tomámos boa nota em relação às questões do encerramento na Páscoa. Tomámos boa nota em relação a esta matéria. É uma problema que estamos a resolver, salvaguardando os direitos também dos trabalhadores, por razões várias, quero-vos dizer, por razões várias nós e designadamente pelas dificuldades de quadro de pessoal nestas áreas de há muitos anos a esta parte que vários trabalhadores destes serviços não conseguiam passar a Páscoa com as suas famílias, a Páscoa é sempre sexta-feira, sábado e domingo, o Natal é volante, os outros feriados rodam no dia da semana, mas a Páscoa é sempre feriado sexta, sábado e domingo e nesta circunstância nunca conseguiam ter a sexta, sábado e domingo. Entendemos este ano, tendo em conta que está aberto o concurso para reforçarmos com pessoal estas áreas que deveríamos consentir no encerramento dos serviços. É uma perda, não é uma perda catastrófica, pensamos nós, e podemos-la recuperar de muitas outras maneiras, com certeza, e a motivação dos nossos trabalhadores, o seu empenho, o reconhecimento do seu trabalho é essencial também para a qualidade do trabalho que conseguimos prestar. De qualquer maneira a chamada de atenção e o incómodo que isto provoca também nos sensibiliza e procuraremos atende-lo.

Escola do 1º Ciclo da Charneca. A aposta que temos é que possa iniciar funcionamento no ano letivo de 2017-2018. Não está tudo resolvido em relação ainda a alguns aspetos relacionados com o projeto, mas queremos acreditar que consigamos ultrapassar algumas dificuldades. Alguma das dificuldades que resultam com desafios que nos colocamos a nós mesmo no sentido da qualificação da escola, por forma a que ela possa atender àquelas questões que hoje mais nos preocupam, relacionadas também e fundamentalmente com a segurança das crianças, com a eficiência energética, questões desta matéria que ainda estão por finalizar, mas serão coisas que com certeza iremos resolver rapidamente para que esse objetivo do ano letivo 2017-2018 já possamos ter a escola em funcionamento.



Sobre a Estrada Nacional já referi. O Sr. Vereador depois poderá dar conta, se ainda houver tempo. Mas tem uma lista de várias cores com as intervenções aqui em várias vias, o que está previsto é muito, mas há muita coisa em curso com datas com propósitos estabelecidos, estamos a fazer essa programação.

Canil da Aroeira. Está um projeto de realocação do Canil da Aroeira, que confesso está atrasado o processo de realocação do Canil da Aroeira. Há um local que está apontado, há uns estudos que é necessário fazer em relação ao local, designadamente no que diz respeito a eventuais impactos e incómodos nos vizinhos e portanto enquanto não tivermos isso completamente esclarecido não podemos estar já a concretizar. Mas no sentido de minimizar os aspetos da nossa relação com a Associação é boa e procuraremos atender, na medida em que sejamos contactados.

Não estou a referir questões em particular, peço desculpa, porque na maior parte delas são questões muito concretas e que naturalmente procuraremos atender, tal como é propósito dos Srs. Deputados.”

6.1.1.13 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas breves e pedia licença ao Sr. Presidente para apresentar mais duas outras questões que não têm exatamente a ver com vias, têm a ver com uma observação que foi feita sobre a necessidade de reforço de meios humanos para a salubridade nesta época mais estival onde vem um conjunto de gente às nossas praias e temos aqui um reforço de visitantes. Todos os anos a autarquia tem vindo a fazer um recrutamento excecional de trabalhadores para esta época e teremos este ano mais uma vez quarenta e cinco trabalhadores, trinta cantoneiros e quinze motoristas e manobreadores de máquinas e veículos especiais para apoiar este trabalho. E também outros trinta para a desmatção preventiva que também temos que garantir na época de fogos florestais, até porque assumimos e assumimos que aquilo que colocamos como uma obrigação dos particulares também é uma obrigação nossa enquanto autarquia, enquanto município em relação aos terrenos municipais e portanto a desmatção dos terrenos e a limpeza dos terrenos também vai contar com estes elementos que depois dão uma ajuda também ao próprio ICNF na desmatção da área protegida que todos os anos é feita para prevenir os fogos florestais. Uma outra questão que se liga com esta é dizer também que está aprovado mais uma vez o nosso Plano para a Floresta Verde, Floresta Segura em que os Bombeiros têm o papel determinante que aqui também já foi focado e importa salientar, e mais uma vez este ano temos este plano em condições. Naturalmente não nos deixando descansados, mas temos a noção que temos os meios necessários para poder intervir no terreno.



Em relação à questão das vias, nós temos efetivamente atrasos muito grandes, problemas enormes, questões que já foram aqui sobejamente levantadas. Gostaria de dizer que muitas vezes quando falamos em vias entramos numa escala que é um bocadinho mais planetária do que a nossa terra, portanto entramos aqui em valores perfeitamente impossíveis para a nossa atividade se pensarmos, como disse o Sr. Presidente é avançar para tudo ao mesmo tempo. As sete vias que são realçadas pelo Sr. Deputado Pedro Matias, como sete vias, por exemplo quando falamos em sete enquanto número parece pouco, mas como exemplo nós temos como sabem apresentado a necessidade de alocarmos sete milhões e meio de euros para as vias prioritárias, sete milhões e meio, assumimos isto em três anos. Nós fizemos as contas em relação a eixos que consideramos que são prioritários, que são estruturantes no Concelho e dá isto. Muito menos, são oito, oito eixos dá sete milhões e meio de euros, muito menos do que esta quantidade de cores que já foi aqui mostrada pelo Sr. Presidente. Quando falamos em sete, enquanto número podemos estar a falar de muitos milhões de euros, ou podemos estar a falar de umas poucas centenas, não é isso que conta. É de facto sete vias na Charneca mais as outras todas que foram feitas no Concelho implica um grande esforço municipal, e a alocação de todos os meios disponíveis, não ficamos com nenhum na gaveta a guardar, com todos os meios disponíveis para resolver e tentar intervir num problema que reconhecemos como necessário ter uma resolução e uma intervenção. Eu se calhar porque o tempo é pouco, dispensava-me de ler as vias que temos previstas para a Charneca como foi colocado pela Sr.^a Presidente da Junta da União de Freguesias Charneca e Sobreda, mas elas são de facto muitas e correspondem dentro do peso global das intervenções que tínhamos previstas para 2016, 2017 e 2018 se não à maioria pelo menos a uma parte importante, substancial da nossa intervenção nas vias municipais. Temos intervenções que são no caso da Charneca em Vale Fetal, no Botequim, Marco Cabaço, nas Quintinhas, em Vale Cavala, na Aroeira, em todas estas áreas temos, para além destes eixos prioritários incluírem um conjunto de vias, nomeadamente vias que temos vindo a apresentar como estruturantes, a avenida do Mar; António Pedro; Ilha da Madeira; Afonso Henriques, na Charneca, temos ainda estas vias que consideramos também nesta área todas da Freguesia com necessidade de intervenção, mas não se esgota aqui, isto é só o cantinho desta parte colorida, temos o resto da cor toda e vamos tentar é pôr a cor na rua e a cor tem de ser mais negra, asfalto no caso é uma cor negra positiva para o caso, para conseguirmos ter as nossas vias com qualidade.”

6.1.1.14 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Peço desculpa Sr. Deputado António Pedro Maco, a questão da GNR. Só para dizer que da reunião com a Sr.^a Secretária de Estado houve abertura em relação à resolução do Castelo e que está a ser utilizado pelo Corpo de Intervenção da GNR. Foi manifestado empenhamento



em melhorar as condições de acolhimento e de trabalho dos soldados da GNR e das suas instalações. Não houve compromisso em relação à eventual abertura de um Quartel da GNR na sonda da Caparica, para o qual nós temos diligenciado e encontrado um terreno, como é próprio, mas houve também a consideração das possibilidades que existem junto ao Comando instalado na Charneca.”

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação das Propostas N^{os} 167/XI-3^o e 168/XI-3^o de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 20/04/2016, sobre “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2015” e “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2015”, sendo também considerados os Relatórios de Fiscalização e respetivos Pareceres e as Certificações Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (**Conforme Anexos XVIII, XIX, XX e XXI**).

6.2.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador José Gonçalves, Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estes documentos foram também distribuídos pelos vários Grupos Municipais pelo que me permitia desde já apontar alguns aspetos para que possam acompanhar o conteúdo fundamental dos documentos apresentados.

Os primeiros aspetos a sublinhar, referir que a atividade durante o ano 2015 ainda ocorreu num quadro não favorável ao desenvolvimento da atividade municipal, um quadro de constrangimentos, de limitações à autonomia do Poder Local, reflexo da política geral do País e do quadro de crise que se vive. Sublinhar que apesar disso e fruto do equilíbrio das contas que temos mantido, conseguimos ter uma intervenção significativa dos impactos mais negativos desse quadro político geral, que no plano da intervenção social, sublinhamos a aplicação, a entrada em implementação do Plano de Emergência Social sobretudo em três dos quatro trimestres do ano que foi positivo, a intervenção feita também a nível da comunidade educativa, das escolas, do apoio às nossas crianças, que em relação às grandes questões de ordenamento urbanístico procurarmos estar presentes e empurrar soluções que permitam apoiar e concretizar alguns projetos de grande significado para o nosso território, que em relação ao investimento de menor dimensão, mas que tem o efeito cumulativo significativo, designadamente na reabilitação urbana, conseguiu-se promover um investimento privado bastante significativo à volta de oito milhões de euros, no âmbito das ARU. Que se manteve uma atividade no plano cultural e desportivo de grande relevância na tradição daquilo que é a nossa intervenção e que nos prestigia, fruto destes aspetos podemos dizer que conseguimos no essencial o que propúnhamos para este ano. Conseguiu-se concretizar



algumas das obras que estavam com processo de difícil desenvolvimento, o caso da abertura da Universidade Sénior, das novas instalações da Universidade Sénior em Almada. Também em relação às instalações do Raposense, também se iniciou o seu funcionamento. Enfim, houve um conjunto importante de obras que se realizaram.

Fizemos o ano passado, reforçamos o Programa de Desenvolvimento Turístico e promoção Turística da Costa da Caparica. Lançámos o projeto do Surf, o Festival de Surf. Foi importante, embora seja de menor dimensão e não se deva só à atividade municipal, mas sim à conjugação de muitas vontades. Os passos dados também e os progressos no reconhecimento da Arte-Xávega, pela sua importância não só cultural como económica, é positivo e é importante sublinhar.

Tudo isto foi realizado com um quadro no plano orçamental, com uma realização em termos de despesa de 89,4% do orçamento previsto, com uma receita de 103%, com as despesas correntes a excederem as despesas correntes em 16 milhões de euros e que permitiu e permite financiar novos projetos de investimento. Neste quadro, gostaria ainda de sublinhar que o Município tem à presente data, data do final do ano, em dívida 33,8 milhões de euros, sendo 33 milhões de contratos de empréstimo e 740 mil euros de contratos de locação financeira que mantem uma capacidade de endividamento ainda de cerca de 21,3 milhões de euros. Os limites de endividamento do Grupo Municipal, Câmara e SMAS face aos limites definidos em 2015 pela legislação têm uma margem disponível no final do ano de 21,3 milhões de euros, como estava a dizer, que à semelhança do ano anterior o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de 23 dias, no final do 4º trimestre, e que terminámos o ano sem dívidas em atraso de pagamento.

Sublinha-se também do ponto de vista da análise financeira e patrimonial que os nossos ativos aumentaram 7%, isto é 26,2 milhões de euros, que o passivo diminuíram 6 milhões de euros. Os fundos próprios tiveram um incremento de 11%. Ou seja, no valor de 34,2 milhões de euros. O nosso ativo é financiado em 18,4% pelo nosso passivo, sendo os 81% restantes financiados por fundos próprios do município. O passivo é financiado em 38,9% por empréstimos de médio e longo prazo como já tinha referido. À Semelhança de anos anteriores o rácio de solvabilidade são critérios de avaliação de sustentabilidade financeira. O rácio de solvabilidade tem um valor de 443%, em 2014 este valor era de 368%, há um aumento da nossa sustentabilidade financeira, a nossa autonomia financeira é bastante elevada, relevando que os fundos próprios financiam 81,5% do ativo como já tinha dito há pouco. O resultado líquido do Município em 2015 foi de 5 milhões 389 mil 922 euros e 41 centimos. O saldo de gerência no final do ano ultrapassava os 35 milhões de euros e em relação às contas da Câmara Municipal em termos globais e gerais era isto que gostava de colocar.



Quanto ao presente Relatório e Conta de Gerência, relativo ao exercício de 2015 que a Assembleia aprecia, confirma a grande diversidade e dimensão da atividade desenvolvida pelo Município.

Não obstante um quadro geral de crise sistémica mundial, europeia e nacional, que continuou a apresentar-se manifestamente hostil e limitador do nosso potencial de desenvolvimento local, temos conseguido resistir e minimizar no que está ao nosso alcance alguns dos seus maiores e mais negativos impactos e procurado explorar, a favor do Povo de Almada, as escassas oportunidades que foram surgindo.

Em 2015 mantivemos intactos os compromissos que assumimos com o Povo de Almada ao nível da promoção e usufruto dos bens culturais, do desporto, do apoio ao movimento associativo e à criatividade e capacidade de intervenção dos cidadãos num quadro em que os equipamentos e os esforços municipais são colocados, efetivamente, ao serviço da população do nosso Concelho.

Não nos resignámos perante as contrariedades. Batemo-nos pelo reforço da política municipal de solidariedade e apoio social. Investimos no ensino e na educação, intervindo para melhorar significativamente a qualidade dos equipamentos municipais, destacando-se a este nível o caminho percorrido para a resolução das situações de escolas onde existiam ainda estruturas em fibrocimento, que estamos a eliminar totalmente. Renovámos o mobiliário escolar e didático e a dotámos as escolas com equipamento informático moderno e atualizado.

Promovemos a cultura, o conhecimento e o saber, assente numa vastíssima programação cultural que envolve milhares de iniciativas ao longo do ano, destacando-se neste domínio a entrada em funcionamento de uma nova sala de teatro, o Teatro Estúdio António Assunção, em pleno coração de Almada Velha, e a transferência da sede da Universidade Sénior de Almada para essa mesma área da nossa cidade, ambos fatores de indiscutível interesse para a dinamização e rejuvenescimento do tecido social e económico daquela zona do nosso território. Recebemos o Congresso Nacional das Cidades Educadoras, que sob o lema “Cidades Participadas, Cidades Adaptadas(áveis)” em que discutiu as grandes questões que hoje se colocam aos municípios, às cidades e às comunidades locais, no que respeita à participação enquanto fator essencial de inclusão e coesão social.

Revitalizámos um programa de realojamento para enfrentar as situações emergentes de carência habitacional nos termos das responsabilidades assumidas pelo Município.

Procurámos em todas as situações constituir soluções não apenas para as pessoas, mas sobretudo com as pessoas, conferindo a esta dimensão mais negativa da nossa realidade, uma marca e um cunho humano indispensáveis quando traçamos, como objetivo primeiro, a superação de situações de enorme debilidade e fragilidade pessoal e social.

O trabalho desenvolvido em Almada ao nível da reabilitação urbana assume contornos exemplares, que o transformam em referência para todo o País. Alargámos a dimensão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

territorial das Áreas de Reabilitação Urbana, no sentido de continuar a atrair e alavancar o investimento.

Assumimos e mantivemos uma postura de total frontalidade e franqueza com todos os parceiros do Município na construção de um concelho mais desenvolvido e mais humano.

Recusámos o caminho mais fácil do subsídio incondicional, optando pela via do investimento estruturado, fundamentado e coerente em apoios de natureza muito diversificada à atividade e às infraestruturas de muitas instituições de todos os tipos, áreas de intervenção e objetivos, que dão corpo e fortalecem o nosso riquíssimo Movimento Associativo e Solidário.

Entendemos, neste quadro, que as instituições particulares de solidariedade social não devem ser encaradas, menos ainda assumirem-se e constituir-se, como instrumentos que podem diminuir e aligeirar responsabilidades próprias do Estado ou do Poder Local. Ao contrário, entendemos o papel destas instituições num quadro de parceria e complementaridade, plenamente integrado no projeto de desenvolvimento e bem-estar de grande amplitude e alcance, que prosseguimos e vimos concretizando desde há quatro décadas no nosso Concelho.

As alterações políticas registadas no final de 2015, resultantes da expressão da vontade dos portugueses nas urnas, não conheceram ainda impacto significativo ao nível do funcionamento e da intervenção do Poder Local.

Continuaremos a agir para que essas alterações possam consolidar-se no futuro próximo no sentido da reposição do respeito integral pela autonomia administrativa e financeira das autarquias locais e, nesse sentido, para o reforço da capacidade efetiva de intervenção dos órgãos do Poder Local Democrático na solução dos problemas concretos das populações, contribuindo para inverter o processo de bloqueio continuado da ação e intervenção local registada nos últimos anos em Portugal.

Não obstante as dificuldades sentidas ao longo de todo o exercício de 2015, a execução das Opções do Plano e do Orçamento aprovados pelos órgãos do Município atingiu um grau muito significativo, traduzido em mais de 89% de execução registada, na esteira, aliás, da capacidade de realização que o Município de Almada vem sistematicamente apresentando ao longo de todos os exercícios das últimas quatro décadas.

Foi possível por isso, no quadro de uma gestão de grande rigor e exigência, amplamente participada e transparente, elevar a capacidade e operacionalidade dos serviços municipais e ao mesmo tempo introduzir medidas de gestão e de adaptação da estrutura organizacional da Câmara Municipal, adequando-a com maior rigor às exigências da missão de serviço público que cumpre ao Município assegurar.

A decisão de avançar com os procedimentos concursais para a admissão de novos trabalhadores veio a revelar-se uma decisão e um caminho justo e acertado no sentido da inversão de uma situação de grave carência de recursos humanos, que no início do exercício,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em Janeiro de 2015, se traduzia em mais de 20% de redução dos efetivos necessários para corresponder com qualidade e eficácia às exigências que o tratamento do espaço público nos coloca.

Estas alterações traduzem-se já em melhorias com expressivo significado em domínios fundamentais para a qualidade de vida da nossa comunidade, como a gestão e tratamento do espaço público, em particular no que respeita à limpeza e higiene urbanas.

As melhorias já registadas, ainda que já sensíveis e por isso importantes, não nos satisfazem ainda plenamente. Persistem ainda problemas que resultam do contexto geral difícil que continuamos a atravessar e a viver, realidade que nos exige naturalmente o prosseguimento do trabalho e do esforço no sentido de assegurar cabalmente a prestação de um serviço público da máxima qualidade em todos os domínios da vida dos Almadenses designadamente ao nível das vias de circulação.

Mantemo-nos atentos às dificuldades objetivas que os cidadãos sentem no dia-a-dia. E mantemos, com estímulos e apoios municipais concretos, a mesma disponibilidade para continuar a mobilizar a necessária energia no sentido de juntos prosseguirmos na construção de soluções e respostas que se afirmem capazes de potenciar e contribuir para a superação gradual das dificuldades e carências ainda sentidas por muitos cidadãos do nosso Concelho.

Em termos da atividade concreta desenvolvida, os documentos de prestação de contas que agora apresentamos traduzem, com fidelidade, o grande volume dos programas, ações e atividades concretizadas pelos diferentes serviços municipais ao longo dos últimos doze meses.

Podemos afirmar que as propostas que fizemos no início do ano, as quais mereceram a aprovação dos órgãos competentes do nosso Município, foram no essencial cumpridas, e as metas do desenvolvimento a que essas ações, atividades e programas dão corpo foram, também no essencial, atingidas.

Destacamos, pelo seu significado e importância para a vida quotidiana dos Almadenses, algumas dessas realizações.

O Plano de Desenvolvimento Social, ao qual foi dada uma particular atenção e relevância em 2015, conheceu novas e significativas adesões de instituições e serviços dedicados às questões sociais no nosso Concelho, ampliando por essa via as respostas e capacidade de intervenção na solução de problemas a este nível.

Ainda no âmbito social, importa relevar o desenvolvimento do Programa Municipal de Emergência Social, que continuou a constituir-se como um esforço e um contributo significativos do Município para minorar, de forma temporária e transitória, situações emergentes de carência económica, e cujo orçamento foi reforçado em 2015. Quase 600 famílias envolvendo mais de 1.600 pessoas, foram beneficiadas pelos apoios municipais que permitiram minorar as dificuldades sentidas.



A participação dos cidadãos na construção de um futuro mais desenvolvido e mais humano é uma realidade palpável da vida do nosso Concelho.

A realização da primeira edição do Congresso Almada, dedicada às questões relacionadas com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, o qual conheceu em 2015 novos impulsos, representou seguramente o ponto alto de um vastíssimo conjunto de oportunidades de participação abertas às populações do nosso Concelho, traduzindo o interesse e empenhamento de muitos Almadenses nas questões que diretamente lhes dizem respeito.

O desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, essenciais ao aprofundamento do bem-estar de todos os Almadenses, continuaram a ser marcados por intenso debate público, envolvendo centenas de cidadãos e cidadãos interessados em participar diretamente na gestão das questões que diretamente lhes dizem respeito.

São exemplos desta realidade que destacamos os debates públicos em torno dos Planos de Pormenor da Charneca de Caparica, da Quinta do Guarda Mor e da Fonte da Telha.

Instalámos o Planisfério da Interculturalidade no Parque Urbano do Monte de Caparica, um mural evocativo do mundo diverso e diversificado que somos, que nasceu de um projeto educativo centrado na promoção da coesão social, da solidariedade e da amizade entre as diferentes comunidades que se cruzam no quotidiano do nosso Concelho.

Desenvolvemos o Plano Municipal para a Igualdade de Género, destacando-se a celebração de um protocolo com diferentes parceiros tendo em vista o funcionamento do Fórum Municipal para a Igualdade de Género, a aprovação do Manifesto “Almada - Terra de Igualdade de Género”, e a realização de uma sessão pública que assinalou o Dia Municipal para a Igualdade.

Em termos ambientais, destaque para os múltiplos programas desenvolvidos pela Câmara Municipal em diversas frentes de trabalho - combate às alterações climáticas, biodiversidade, uso racional da energia, promoção de deslocações sustentáveis e amigas do ambiente, entre muitas outras -, e para o reconhecimento internacional da importância do trabalho concretizado em Almada, que se traduziu no convite para participar na 21^a Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (COP 21), realizada em Paris no final do ano, durante a qual foram apresentados, a uma plateia que reunia muitos dos maiores responsáveis internacionais neste domínio, e como exemplos de êxito e elevada qualidade, dois projetos em desenvolvimento no nosso território.

Em 2015 aprovámos o novo Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos, um instrumento essencial para uma nova abordagem numa área sensível e essencial da vida em comunidade, aos comportamentos individuais e coletivos dos Almadenses.

No que respeita à atividade cultural, e ao apoio aos jovens e às famílias, o ano de 2015 foi rico e profícuo em atividades concretizadas.



À entrada em funcionamento da nova sala do Teatro Estúdio António Assunção e da sede da Universidade Sénior de Almada, já referidas, soma-se o lançamento de um programa de férias jovens no verão, destinado a apoiar preferencialmente jovens e famílias com dificuldades e carências económicas mas aberto a todos, e a concretização de dois significativos momentos de promoção e dinamização da atividade económica, turística e social na Costa da Caparica: a primeira edição do Primavera Caparica Surf Fest, um festival competição daquele desporto de ondas a que se juntou a música e a animação cultural, e a segunda edição do festival de música de expressão exclusivamente lusófona “O Sol da Caparica”, que em quatro dias do mês de Agosto atraiu à Costa da Caparica dezenas de milhares de apreciadores da boa música que se faz em língua portuguesa.

Estes dois momentos são parte de um programa amplo e ambicioso, que visa a promoção da frente Atlântica do nosso Concelho, assim contribuindo para o desenvolvimento da economia local na Costa da Caparica, mas também no Concelho de Almada em geral.

Importa sublinhar ainda que decidimos em 2015, e pelo segundo ano consecutivo, baixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar sobre o património habitacional das famílias proprietárias de imóveis para sua habitação própria e permanente.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal. Desde sempre, aqui temos reconhecido e sublinhado que os grandes obreiros dos resultados de excelência que a Câmara Municipal de Almada vem alcançando ao longo destas quatro décadas de Poder Local Democrático, são naturalmente os seus trabalhadores.

Mesmo perante situações adversas do ponto de vista pessoal e familiar que muitos atravessaram em 2015, e ainda atravessam, em todos os serviços e em todos os momentos os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada foram e são capazes de assumir invariavelmente a defesa intransigente do serviço público a que entregam o melhor que têm na sua capacidade de trabalho, e cumprem com elevado empenho e dedicação a missão que lhes é confiada no sentido de zelarem ativamente pela contínua melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus concidadãos.

Pelo empenho e desempenho uma vez mais revelado ao mais alto nível pelo conjunto dos trabalhadores da Câmara Municipal ao longo do ano de 2015, aqui registamos uma palavra singela mas sentida de grande apreço e amizade, na consciência plena de que sem a sua dedicação e sem o seu empenho, as propostas de progresso, desenvolvimento e bem-estar dos Almadenses de que o projeto de gestão autárquica em que nos empenhamos é portador, não poderiam conhecer êxito.”

6.2.1.2 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves considerações, sendo certo que o documento está na posse dos Srs. Deputados.



A primeira questão que gostaria de realçar é a grande estabilidade da nossa organização na sua intervenção. E esta estabilidade na ação e na organização é ainda mais relevante tendo o facto de em 2015 o sector da água e do saneamento ter estado no nosso País sujeito a uma profunda instabilidade. Poderia mesmo dizer que na região seremos dos poucos municípios na grande Área Metropolitana de Lisboa, dos poucos municípios que conseguiram esta condição de continuar a trabalhar, a aprofundar o seu trabalho sem qualquer instabilidade na organização e na sua intervenção e essa reestruturação implicou por exemplo na grande Área Metropolitana que tenham sido retirados os sistemas de organização implementados há vários anos e tenha assumido a construção de uma instituição com oitenta e seis municípios para a gestão da água e do saneamento. Ora, em Almada nós mantivemos a nossa intervenção enquanto serviço público municipal e mantivemos essa condição. E esse aspeto é um aspeto que gostaria de realçar. Segundo aspeto que gostava também de abordar tem a ver com a nossa intervenção de melhoria do nosso funcionamento e de procura de inovação na nossa intervenção. Os Serviços Municipalizados mantém como é conhecido uma permanente intervenção, seja no aprofundamento no seu sistema de gestão integrado com seis áreas de intervenção na qualidade, no ambiente, na segurança, na saúde, na gestão das infraestruturas, no plano de segurança da água, na responsabilidade social uma grande intervenção no sentido de nos tornar mais eficiente e em 2015 demos passos significativos nessa intervenção que nos proporcionou logo no início de 2016 que tivéssemos a primeira auditoria externa a todos os Serviços Municipalizados, tendo em vista uma segunda que decorrerá nos próximos meses e que será com certeza avaliadora da nossa situação enquanto organização.

As questões da inovação e modernização da nossa intervenção foram questões permanentes e que estão abundantemente relatados no nosso Relatório.

Gostaria também de salientar os projetos de inovação com as nossas Universidades e não só Universidades nacionais, também de França, Itália e da Grécia no sentido, nestes casos concretos inovar construindo soluções novas que não existem no sector e que são soluções que podem acrescentar grande condição de intervenção aos Serviços Municipalizados. Outro aspeto e terceiro aspeto que gostaria de realçar, o reconhecimento da nossa intervenção. Uma vez mais e de forma sistemática e continuada os Serviços Municipalizados foram reconhecidos pelo sector das águas, pelas entidades nacionais que permanentemente nos avaliam relativamente a um conjunto muito vasto de indicadores e também relativamente aos nossos concidadãos. Os nossos munícipes classificaram-nos em 2015 como o primeiro serviço municipal no País e a segunda entidade entre todas as entidades do sector das águas nos quarenta e cinco indicadores avaliados pelos munícipes de Almada.

E também como é reconhecido e a nossa Assembleia já teve oportunidade de tomar posição relativamente a esse aspeto, a nossa intervenção no Encontro Nacional de Atividades



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gestoras, em dezembro, no Porto, foi uma intervenção de grande presença, com um forte contributo para o próprio sector quer com as intervenções técnicas diversificadas e de grande valia do ponto de vista do contributo para o sector das águas e do saneamento, quer o reconhecimento que as entidades do sector nos atribuíram, atribuindo o tubo de ouro à comunicação institucional empresarial dos Serviços Municipalizados e os nossos operários tendo conseguido no pipe contest o primeiro lugar de construção de ramais em carga. Quarto aspeto que gostaria de salientar, o forte investimento que os Serviços Municipalizados estão a desenvolver há vários anos e que em 2015 teve a expansão de mais seis milhões de euros nesse ano, num conjunto de obras que são naturalmente muito mais representativas. Gostava de salientar os 2, 3 milhões na Quinta da Bomba este ano, os setecentos e vinte e seis mil na estação do Torrão, os seiscentos e três mil na Foz do Rego, os duzentos e sessenta e três mil em reservatórios, recuperação dos reservatórios e por exemplo uma obra de grande importância de cento e sessenta mil euros, mas que é mesmo de grande importância que foi a recuperação de um emissário no fundo do Tejo que trata e repõe as águas tratadas da estação da ETAR do Portinho da Costa. Uma obra de grande complexidade.

No plano social, mantivemos o princípio que nos orienta desde sempre, de acesso de todos à água e ao saneamento enquanto direito humano fundamental no nosso município, promovendo um vasto plano de apoio às nossas famílias com planos de pagamento e a atribuição de tarifários sociais, 1475 agregados familiares, assegurando a todos que independentemente da sua condição financeira têm naturalmente enquanto seres humanos o direito de aceder à água e ao saneamento num quadro de garantia da sua condição humana.

Relativamente ao orçamento, gostaria de salientar o grande desempenho dos serviços relativamente à componente orçamental, designadamente com uma execução de 94,5% no conjunto da nossa receita e aqui é importante dizer, por exemplo a receita de capital uma parte dela é definida no tempo porque resulta também de participações financeiras do Quadro Comunitário. Ora, naturalmente os custos dos últimos meses do ano só serão ressarcidos por parte das entidades nacionais meses posteriores, e portanto há uma parte dessa receita que não é possível acomodar até 31 de dezembro e ainda assim uma execução superior a 94%.

Também na despesa fomos mais eficientes, conseguimos manter designadamente na área das despesas correntes, manter e reduzir em áreas importantes de rubricas da despesa de funcionamento e isso permite-nos um dado importante que é de transferirmos 4,1 milhões de euros no diferencial entre a receita corrente e a despesa corrente. Essa transferência para investimento num ano apenas, de 4 milhões de euros é naturalmente um indicador de grande saúde financeira dos nossos serviços.

Concluimos o ano com um resultado de exercício de 1,6 milhões de euros e um saldo de gerência de 6,4 milhões de euros, portanto foi um ano de grande desempenho, de grande



atividade e acima de tudo como referenciei no início, de grande estabilidade na nossa organização.

Os SMAS de Almada são a entidade gestora municipal do ciclo urbano da água, considerando todo o percurso desde a captação de água no aquífero até ao tratamento das águas residuais, e ainda das infraestruturas de gestão das pluviais.

Em 2015 o plano de atividades assegurou uma ampla intervenção em todas as áreas de ação, consagrando intervenções de modernização do sistema, de renovação dos equipamentos e procura de maior eficiência e eficácia na ação. Podemos, agora, confirmar uma ampla e expressiva execução das atividades previstas em plano e um significativo investimento financeiro.

A água de Almada manteve o padrão de qualidade de água exemplar para consumo humano, que confirma a sua excelência, fruto do investimento dos últimos anos e dos procedimentos de segurança e controlo da qualidade exercitados pelo serviço. Efetivamente, com 14 483 análises efetuadas e uma conformidade de 99,78% a água de Almada apresenta-se como um produto de excelência. Foi efetuada a gestão do plano de controlo da qualidade, conforme planeamento aprovado pela entidade reguladora, e prosseguidos os trabalhos do Plano de Segurança da Água.

Concluimos 2015 com 105 122 contratos ativos o que significa mais 189 contratos, fato positivo que pode indiciar uma retoma, ainda que lenta, da atividade económica e alguma melhoria da situação das famílias, fortemente afetadas pela conjuntura de recessão e crise social que o País tem vivido nos últimos anos.

Elevámos 15 564 milhares de m³ de água, o que regista uma perda nos últimos cinco anos da ordem dos 2 milhões de m³. Menos consumo, que em parte se justifica por maior consciência no uso deste bem, mas igualmente pela alteração do padrão de consumo, fruto dos problemas sociais das famílias e das dificuldades das entidades.

Os utentes dos serviços voltaram a distinguir os SMAS de Almada no ECSI - Portugal (European Customer Satisfaction Index - Portugal) com o 1.º lugar entre os serviços municipalizados e o 2.º entre as entidades estudadas, neste que é o principal indicador de satisfação do cliente em uso nos serviços de águas. Nesta avaliação os serviços receberam uma pontuação global de 7,83 em 10, situando-se em todos os indicadores acima da média das entidades do setor.

Implementámos durante o ano ações visando a modernização administrativa ampliando os instrumentos informáticos em uso e visando a redução dos custos e aprofundando a relação online com os cidadãos utentes dos serviços, nomeadamente através do novo sítio e do atendimento multicanal.



Assegurámos e levámos mais longe o princípio de acesso de todos à água e ao saneamento, enquanto direito humano fundamental, que pretendemos assegurar, em especial aos que têm mais dificuldades económicas.

Assim, atribuímos a 1 465 famílias o tarifário social, das quais 1 205 famílias ficaram com a isenção das tarifas de água e saneamento até aos 5 m³, conforme disposto em regulamento municipal, e a 2 516 famílias foram estabelecidos planos de pagamento de acordo com os seus rendimentos. Mantivemos ainda o acesso à água e à recolha de águas residuais a famílias de áreas não consolidadas, por exemplo nas "Terras da Costa", na Costa de Caparica.

Assegurámos uma rede de atendimentos com 54 825 atendimentos presenciais e registámos 145 930 telefonemas. Gerimos o protocolo com as freguesias garantindo o funcionamento dos onze balcões de atendimento descentralizados a que se juntam a Sede e a Loja do Município. Concluímos o ano com 12 053 utentes inscritos nos SMASOnline, 9 808 aderentes à fatura eletrónica e 45 033 com débito direto, um grande contributo para a redução de custos e para a modernização da relação contratual, resultados que são encorajadores para o futuro da desmaterialização dos processos. Mantivemos a prática de comunicação da interrupção programada do abastecimento, com 48 horas de antecedência, tendo produzido 84 comunicados e assegurado a sua distribuição em 7 994 locais de consumo.

Fizemos uma atenta gestão dos recursos humanos, efetuando as mobilidades intercarreiras de diversos trabalhadores com habilitações que correspondem a necessidades dos serviços e, por decisão do Município, promovemos um recrutamento excecional de 30 trabalhadores, em especial para as áreas operacionais, recrutamento indispensável ao desenvolvimento da atividade dos piquetes, das estações e das oficinas. Ainda assim, concluímos o ano com 479 trabalhadores, fruto de anos sucessivos de redução do número de trabalhadores por aposentação e resultante das leis nacionais.

Exigimos, em todas as instâncias, incluindo judiciais, a publicação e gestão efetiva dos ACEEP - Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública - firmados entre o município e os sindicatos representativos, que incompreensivelmente o Governo anterior não permitiu publicar. Não obstante, e em consequência, resistimos à aplicação das 40 horas e mantivemos as 35 horas de trabalho, em respeito pelos direitos dos trabalhadores e pela autonomia do poder local.

Garantimos o funcionamento regular da subcomissão de higiene e segurança no trabalho, com ampla reflexão sobre medidas e fatores de qualificação das condições laborais.

Avançámos com o Sistema de Gestão Integrado - SGI aprovando e divulgando em toda a organização a sua política, missão e visão e promovendo as ações que permitiram a realização de uma auditoria interna e a preparação da auditoria externa para certificação.



Assegurámos forte envolvimento da comunidade no projeto ambiental Beba Água Torneira - BAT, tendo aderido 17 entidades, promovendo um espetáculo de alunos sobre o tema e uma vasta atividade de sensibilização e divulgação junto das populações.

Promovemos um amplo estudo e caracterização da rede com o desenvolvimento do Controlo Eficiente das Perdas - iPerdas, em parceria com o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil - e outras entidades do setor. Ampliámos as intervenções de monitorização na rede com a criação de ZMC - zonas de medição e controle.

Participámos com entidades universitárias de Portugal, França, Grécia e Itália no projeto europeu Proteus, de incentivo à inovação e ciência, tendo os SMAS de Almada como entidade gestora de referência para conceber e aplicar uma unidade de sensorização, protótipo em estudo, que permita monitorizar algumas características químicas e funcionais consideradas relevantes quer na rede de água potável quer na rede de saneamento.

Estivemos no ENEG 2015 realizado no Porto, com uma forte presença institucional, intervenções técnicas, a divulgação de projetos de investigação e inovação. Os SMAS de Almada foram distinguidos com a atribuição do Tubo de Ouro para a "Melhor Informação Institucional e Empresarial" e o 10 lugar da nossa equipa operária no Pipe Contest Portugal 2015 - Campeonato Nacional de Montagem de Ramais em Carga.

Mantivemos forte presença nas entidades do setor e nas suas comissões especializadas.

Ainda que o país viva uma conjuntura desfavorável, a situação económica e financeira dos SMAS de Almada apresenta grande estabilidade e bons indicadores de referência: 71,00% de independência financeira, solvabilidade de 5,64 e liquidez de 12,26.

O ano de 2015 apresentou-se assim com normalidade e equilíbrio, o que se demonstra por uma receita global de 29 243 710,07 euros, uma despesa global de 25 571 662,74 euros e uma taxa de execução orçamental de 94,55% nas receitas e de 82,68% na despesa.

Investimos 6 123 754,93 euros em obras de modernização do sistema com destaque para a requalificação da ETAR da Quinta da Bomba, a Estação Elevatória do Torrão e obras de requalificação de reservatórios e renovação de redes de água e saneamento.

O resultado do exercício é de 1 682 630,99 euros e o saldo de gerência que transita é de 6 495 915,31 euros.”

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Ana Salvado, Nuno Pinheiro, Carlos Revés, António Pedro Maco e Luísa Ramos.

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

E trabalhadores da autarquia que aproveitamos também para cumprimentar pela realização deste exercício, porque como é óbvio muito daquilo que é feito é com a sua dedicação e com o seu esforço e essa palavra também é merecida. Mas quando estamos aqui a fazer a avaliação do exercício de 2015, quando estamos aqui a fazer a avaliação daquilo que foram



os objetivos, os instrumentos, a ambição e a realização desse exercício, é importante também fazer um balanço de um ciclo que neste caso se aproxima do fim, mas também e numa altura e num ano que se comemoram os 40 anos do Poder Local Democrático e dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, não deixa de ser também relevante perguntarmos a nós mesmos se no exercício de 2015, mas ao fim ao cabo num ciclo que já leva 40 anos de opções autárquicas no Concelho de Almada, se a audácia que se exige no desempenho dos cargos públicos, se a ambição que se exige nas decisões que se tomam a cada momento, se a capacidade de investir no terreno, de investir nas pessoas, a capacidade de investir em instrumentos que desenvolvam verdadeiramente o nosso território, se ao fim destes 3 anos do atual ciclo do mandato autárquico, mas destes 40 anos de ciclo que leva estas forças que têm tido a responsabilidade de governar no nosso Concelho, se apresentaram resultados para aquilo que eram os nossos objetivos, a nossa ambição e a nossa visão. E eu concordo com o Sr. Presidente quando diz, temos contas equilibradas, mas nunca dissemos que nadávamos em dinheiro. Eu concordo, o PSD concorda e também subscreve quando diz que a autarquia de Almada, como é óbvio acaba por ter os meios que se calhar nem todas dispõem, agora a questão que todos nós nos devemos colocar e sobretudo colocar aos cidadãos que no dia a dia trabalham, se deslocam para este Concelho, para aqueles cidadãos que visitam o nosso território e conseguem perceber a potencialidade que ele tem e que não é de agora, mas que continuam a perguntar se consecutivamente e a fazer ao fim ao cabo a constatação de que ao fim de 40 anos de Poder Local Democrático há um conjunto de perguntas que continuam sistematicamente a ter as mesmas respostas, ou sistematicamente a verificarem-se as mesmas situações e problemas, se a avaliação e a interpretação da execução das opções que uma força partidária de forma legítima tem tido a responsabilidade de conduzir os destinos da nossa autarquia, até que ponto é que nós nos sentimos confortáveis, nos sentimos satisfeitos por aquilo que alcançámos e se entendemos se aquilo que fizemos era tudo aquilo que era o nosso potencial, se era aquilo que os cidadãos lá fora gostariam de se rever na sua vida, na sua rua, na vida comunitária, na capacidade de economia local desenvolver riqueza e valor acrescentado, porque eu concordo com o Sr. Presidente, temos as contas equilibradas, agora a questão é, temos as contas que poderíamos ter se conseguíssemos potenciar atividade económica que também permitisse à autarquia investir mais, investir melhor, ser mais audaz, apoiar quem mais precisa, apoiar o tecido empresarial, apoiar a nossa comunidade educativa, apoiar ainda mais a nossa comunidade associativa. E nós entendemos que na realidade temos contas equilibradas, mas elas não têm sido colocadas ao serviço, como nós entendemos que deveria ser colocado dos cidadãos de Almada, do seu território e do seu potencial, no seio da Área Metropolitana porque não é por acaso e nós também já o temos feito sentir várias vezes ao longo dos anos que Almada por comparação com municípios da nossa dimensão, com o nosso potencial



e com a capacidade potencial de atração, não tem as mesmas realizações, não tem o mesmo investimento, não tem a mesma riqueza, não tem o mesmo número de empresas, não tem o mesmo número de emprego, não tem a mesma pujança do comércio local, não consegue intervir com a mesma capacidade que outros municípios o fazem, porque se calhar não tem a mesma riqueza potencial que Almada merecia ter, podia ter, mas em 40 anos não soube potenciar. E portanto quando nós olhamos para o exercício de 2015, com todo o respeito por aquilo que foi feito, que representa uma visão de desenvolvimento que é legítimo mas que não é a nossa, com todo o respeito de quem democraticamente percebe que tem a responsabilidade de seguir o seu caminho, ainda assim continuamos a defender que é um caminho que poderia ser diferente, melhor e servir melhor também os cidadãos. E gostaríamos de dar alguns exemplos. Olhar para a realização orçamental de 2015, é vermos de que forma é que nós olhamos para o dinheiro público e tentarmos potenciar do ponto de vista do desenvolvimento do território. Um primeiro exemplo, quando o PSD defende hoje, como defende há muito, que para que Almada consiga investir mais tem que criar riqueza, gostaríamos de ter visto durante o exercício de 2015 capacidade de intervenção para atrair as empresas a criação do emprego e potenciar as receitas municipais que poderiam ser investidas. Agora, aquilo que vemos é, por exemplo, temos uma rubrica que aparece de forma pomposa no Relatório com o nome de competitividade e inovação urbana, com uma verba de 1.3 milhões de euros. Dito assim ou lido assim parecia que tinha tido um impacto significativo na vida da nossa comunidade. Mas vejamos destes 1.3 milhões de euros, 1,27 diz respeito ao Festival Sol da Caparica, que nós não temos nada contra, já o dissemos, mas este é o exemplo que a autarquia encontra para a competitividade e para a inovação urbana. E portanto, a nossa pergunta é, é isto que os cidadãos entendem como competitividade? Nós não dizemos que não seja um instrumento bom de divulgação, nunca o criticámos a esse nível, mas não é um exemplo de competitividade, não é um exemplo de criação de riqueza, não é um exemplo de atração de investimento, não é um exemplo de criação de emprego. E por isso é mais um exemplo de como é uma oportunidade perdida, e veja-se outra rubrica, funções económicas e vamos ver, a única área que nós podemos ver que teria algum interesse de potenciarmos a nossa terra e as nossas gentes poderia ser por exemplo o turismo e nesta rubrica em que se gasta 4.1 milhões de euros, a verba que está disponível por exemplo para turismo representa 25 mil euros para promoção turística. Dizemos nós, com o potencial da nossa costa atlântica, com o potencial da nossa ligação ao rio, com a nossa ligação privilegiada à Capital, com o nosso turismo religioso, potencial que tem um subaproveitamento que é gritante, e aí a culpa não é só obviamente da autarquia e nós percebemos isso. Aquilo que é verdade é que é mais um bom exemplo como numa verba que aparece redonda com um número significativo 4.1 milhões de euros vamos dissecar essas valores e não vemos nada de especial, de inovador e de ambicioso. Mas podemos ter



mais exemplos. Vejamos a questão de instrumentos de desenvolvimento em áreas centrais, habitação. No plano de investimentos vemos 668 mil euros, eu diria que num orçamento que apresenta uma realização de mais de 90 milhões é manifestamente uma verba exígua. Mas podemos ver mais. Reparações de edifícios escolares, 768 mil euros, quando nós ainda há pouco tempo vimos alguns maus exemplos de que merecem uma intervenção ainda mais assertiva da autarquia, mas temos ainda um outro exemplo, que tipo de investimento foi feito no exercício de 2015 que nós possamos dizer que a autarquia criou instrumentos fiscais de território, de atração de investimento ou de potenciar em guia do investidor, não há 1 euro que se veja neste documento que nós possamos dizer, Almada quis criar mais empresas ou apoiar a criação de mais empresas e mais emprego. E portanto, por contraponto podemos ver onde é que se gastaram 90 milhões de euros e há aqui também exemplos de como nós podemos perguntar aos almadenses se entendem que por comparação com estes montantes por exemplo da habitação de 668 mil euros de reparações e de recuperação dos bairro camarários, que são importantes, mas devia ainda ser mais o esforço, porque também uma pergunta que se faz e quem entra na Costa se calhar faz muitas vezes, é como é que nós temos tantas barracas e como é que infelizmente de um ano para o outro elas não diminuem. O que é certo é que por comparação com este valor exíguo na habitação vemos por exemplo um Plano Diretor Informático que custou em 2015 633 mil euros. Foi assim tão importante para se gastar quase tanto como em áreas tão essenciais como a habitação? Mas também por exemplo a rubrica de manutenção e assistência técnica em informática onde a Câmara gastou 618 mil euros. Ou seja quase tanto como a recuperação do parque habitacional municipal. E portanto ainda temos um outro exemplo que eu confesso que gostaria muito de perceber como é que em 2015 se gastaram 421 mil euros em projetos de ambiente e clima, que deve ser uma coisa extraordinária, e que tem tanta utilidade, e que tanto de útil na vida dos almadenses que se gastou estes 421 mil euros. Mas não poderia deixar de também dar nota para, e isso vê-se no documento Plano de Atividade Municipal quando se apresenta gastos em serviços de limpeza pública de 338 mil euros e a própria autarquia no documento que aqui apresenta valoriza muito aquilo que tem sido feito do ponto de vista da limpeza pública. E eu aconselharia, se calhar a contatarmos mais os cidadãos para vermos o estado das nossas ruas em áreas que são cartões de visita e manifestamente não são bons cartões de visita. E portanto, quando se gasta estas verbas, por comparação com outras que são difíceis de encontrar explicação, claro que quando fazemos um balanço de 40 anos, que representa este ciclo autárquico e quando continuamos a ter reiteradamente e já não é a primeira vez que aqui o dizemos, nós reconhecemos, porque os erros persistem, os resultados continuam a não aparecer e a ambição de crescimento que nós devíamos potenciar continua a não ser colocada em prática e que nos leva a continuar a perguntar onde é que está a maior atividade económica? Onde é que está o maior investimento? Onde



é que se melhorou em 2015 a nossa vida comunitária? Onde é que nós ajudamos o comércio local na nossa terra? Temos ou não temos menos barracas quando os indicadores dizem que Almada é dos Concelhos, senão o maior em número de barracas? Temos ou não temos um problema grande do ponto de vista social em focos localizados, em muitos territórios do nosso Concelho, sem que a autarquia muitas das vezes se alie às IPSS's e ONG's que no terreno podem ser um braço armado para fazer mais e melhor ação social? E a pergunta é se continuamos a ter a consciência que em 40 anos na realidade estes 90 milhões que representaram em 2015 o esforço da autarquia podiam ter sido muito mais bem alocados, podiam ter gerado muito mais atividade económica, podiam ter beneficiado mais cidadãos, podia ter revelado aí sim a proximidade que a autarquia, que os autarcas e o poder autárquico democrático podem e devem construir. E confesso que é um pouco penoso ler as primeiras páginas deste documento, quando se trata que do lado da receita a autarquia em três anos nas receitas correntes, como já aqui foi dito hoje, cresceu 7 milhões de euros e se continua a queixar de um quadro geral de crise e de contrariedades e que apesar de tudo continuam a desenvolver um trabalho que ao fim ao cabo promoveu a cultura, o conhecimento, o saber, o reforço da política municipal de solidariedade, o investimento na educação, no ensino, na melhoria significativa da qualidade dos equipamentos e eu confesso que acho ainda mais incrível quando apesar de tudo depois se destaca coisas tão fantásticas como, perguntando ao Sr. Presidente que grandes investimentos em 2015 a autarquia ofereceu a Almada em 90 milhões de euros de orçamento municipal, aquilo que vemos no Relatório de Contas e foi aqui destacado hoje pelo Sr. Presidente, foi o apoio ao aparecimento da sede da USALMA que nós saudamos e foi, vamos ver se eu não me esqueço, e foi mais um apoio a uma obra que nós também não deixamos de saudar, que é o Raposense. E portanto sem menospreza para com qualquer uma das instituições que nos merece todo o respeito, quando em 90 milhões de euros de orçamento municipal aquilo que temos para apresentar de execução ambiciosa, audaz e desenvolvimento, são estas duas grandes obras. Nós continuamos a dizer que este não é o nosso caminho, não foi o nosso caminho durante 40 anos e temos procurado transmiti-lo às pessoas, porque entendemos que Almada e as autarquias em Almada e os autarcas em Almada têm instrumentos para desenvolver o seu território, não se podem queixar sempre dos governos sejam eles quais forem, têm meios para serem pró-ativos a divulgar o território, a tentar chamar para o território as empresas, aliás nós nos relatórios da informação municipal vemos constantemente as árvores que são plantadas, nós também gostaríamos de ver para além disso quantas empresas é que foram contactadas. Quantas agências de investimento é que foram objeto de reunião para tentar trazer para Almada empresas que criem emprego e deixem riqueza. Que projetos de desenvolvimento estruturantes é que na nossa ligação ao Atlântico e na nossa ligação ao rio poderiam ter sido colocadas em desenvolvimento com a participação mais ativa



e central da autarquia, porque nem todas precisam de autorização governamental, nem todas. E o que é certo é que muitas delas não foram feitas e continuamos aqui passados 40 anos de Poder Local Democrático a ter mais questões, mais problemas. Um adiamento constante das nossas possibilidades e a realização que vemos em 2015 foram mais 90 milhões de euros gastos pela autarquia, sem que novas soluções tivessem sido apresentadas a Almada e aos almadenses. E por isso, ao fazer um balanço deste exercício, aquilo que podemos dizer é que há quem manifestamente continua a ter um caminho que nos permite ter meios, permite agir. Agora, penso que lá fora, se perguntarmos aos cidadãos se entendem que houve audácia, ambição, rasgo criativo na capacidade de gerar mais e melhor para cada um deles, eu acho que continuam a responder na maioria dos casos, que continuamos a ter mais oportunidades perdidas do que soluções reais. E em 2015 as grandes ambições que Almada parecia ou queria ter viram-se diminuídas e reduzidas apenas ao apoio à criação de sedes do nosso movimento associativo e de instituições que nos merecem todo o respeito, mas que não cabe apenas a esse o papel de qualquer autarquia, porque cabe-lhe sim ser um motor de desenvolvimento sustentável, ser um motor ou capacidade de induzir nos cidadãos a confiança de quem pode viver a sua rua, a sua Freguesia, o seu Concelho, pode olhar para a Frente Atlântica e dizer, temos aqui uma oportunidade de ir buscar riqueza, pode ir perto do rio e dizer, sim senhor, requalificou-se aquilo que em 40 anos foi esquecido e não foi apenas por responsabilidade dos governos, como muitas vezes aqui se diz, foi por falta de audácia e capacidade de organização e de visão para atrair o investimento, encontrar as parcerias certas para desenvolver a nossa terra e ajudar as nossas gentes. 2015 voltou a demonstrar isso, é que pode haver outro caminho porque este manifestamente tem 40 anos, continua sempre a direito, mas pelo mau sentido e esse sentido tem que de uma vez por todas ser invertido.”

6.2.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Irei fazer uma intervenção que se resume ao eixo três - mobilidade urbana e acessibilidades, e como preâmbulo a esta intervenção dizer que de há dois ou três anos a apresentação deste tipo de Relatórios tem seguido de facto estruturas que acabam por ser coerentes com uma série de outros instrumentos e que facilitam bastante a avaliação e o escrutínio por parte desta Assembleia daquilo que é o exercício executivo da Câmara, o relatório de atividades. Este Relatório de Contas e Gerência segue exatamente uma estrutura similar e portanto esta avaliação é possível que seja feita de uma forma mais sistematizada e mais consentânea com aquilo que é também a obrigação e o dever por parte da Câmara em apresentar resultados. No entanto, apresentar contas não se trata apenas de resultados orçamentais, mas também de matérias qualitativas e quantitativas. Já uma série de vezes aqui foi referido, não só pela nossa bancada e também referente à forma como os Relatórios de Atividade são elaborados,



continuam a faltar informação sobre realizações e resultados. É necessário para que o escrutínio e a avaliação por parte desta Assembleia baseie em indicadores de realização e de resultados e não apenas como disse inicialmente apenas resultados orçamentais, aquilo que se encontra neste tipo de relatórios é um tipo de informação muito voltada para dentro, para consumo interno dos serviços, mas que é muito difícil para nós encontrar e captar quais são de facto as concretizações que a Câmara foi elaborando ao longo do passado ano. E para ser mais precisa e confrontando aquilo que foi a apresentação das Propostas em 2015 e agora este Relatório, há um conjunto de matérias e de linhas de intervenção que não apresentam qualquer atividade, aparecem em branco, elas são várias e estou-me a referir apenas ao eixo 3 - mobilidade urbana e acessibilidades, estamos em branco perante um conjunto de linhas de intervenção que foram estipuladas e definidas no grande plano da Câmara em 2015 e elas são de facto substanciais, passando a apresenta-las, 3.4 sobre Regulamento de Circulação e Autorização de Circulação, não há qualquer realização; 3.5 reforçar as medidas de acalmia de tráfego em zonas urbanas e residências, não apresentam qualquer realização; 3.7 pugnar pela defesa do interesse público que o papel regulador da Autoridade Metropolitana e, vou obviar a leitura completa, também não apresenta qualquer realização; 3.8 idem, no que se refere a dar continuidade ao funcionamento da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes; 3.16 prosseguir a execução do Programa Anual de Qualificação dos Espaços Públicos Exteriores do Concelho e 3.19 pugnar por uma série de questões junto do Governo, também não nos apresentam qualquer informação. Esta é uma primeira questão que deixava. Sobre aquilo que é apresentado e começando pela medida 3.1 sobre a valorização do espaço público, aquilo que aqui aparece no Relatório é um conjunto de atividades que se restringem basicamente à atividade de manutenção e conservação desse espaço público, não havendo evidências de que tenha havido um grande investimento nesta matéria. Sobre a elaboração por exemplo do Plano Estratégico de Mobilidade Urbana é um domínio de intervenção, parece em crescimento, não apresentam resultados matérias tangíveis mas pela quantidade de projetos em candidatura e em estudo, merecerá um acompanhamento mais sistemático por parte desta Assembleia.

Sobre o Plano de Logística Urbana de Almada, reforço aquilo que disse inicialmente, surgem uma série de atividades desenvolvidas, não se percebe no que é que resultam do ponto de vista prático e é necessário de facto pensar na apresentação de resultados para se perceber em que é que a participação em plataformas, em redes transnacionais reverte em favor das políticas e do benefício das políticas municipais.

Sobre a atividade da ECALMA, inscrita na medida 3.6, não há qualquer informação sobre quais é que foram os desígnios, os objetivos da ECALMA em 2015 e sobre esta matéria era muito importante que continuássemos a acompanhar o papel e as funções regulatórias da ECALMA. E quando falo de indicadores, vou dar um exemplo do que é que seria útil termos



aqui num relatório quer de atividades, quer num relatório como este que estamos hoje a analisar. Tendo como missão ordenar o estacionamento no Concelho, importa por exemplo saber como é que tem sido o comportamento dos automobilistas em Almada, ter uma análise comparativa entre 2014/2015 sobre emissão de autos por exemplo, para precisamente perceber se a atividade regulatória que é essa a principal missão de uma empresa como é a ECALMA, tem cumprido os seus objetivos, um decréscimo da emissão de autos quer efetivamente dizer que a ECALMA está a prosseguir esses mesmos objetivos. Sobre a atualização sistemática e o desenvolvimento do Plano Plurianual da Conservação, Regularização e Qualificação da Rede Viária. Interessa para além de ter noção do que é que foi feito ao nível do percurso ciclável em Cacilhas, ou da análise de soluções para pavimentos de novos percursos, interessa conhecer neste tipo de Relatórios coisas tão simples como quantos quilómetros de rede ciclável o Município de Almada tem. Quantos quilómetros necessitam de ser corrigidos. Quantos quilómetros estão programados? É este tipo de indicadores que o Município precisa de informar e precisa de plasmar nos documentos que apresenta.

3.10 assegurar, em articulação com a Juntas de Freguesia a colocação de abrigos de passageiros e outro mobiliário. Aqui está um exemplo de pequenas obras que podem ser feitas, não há uma única atividade realizada nesta matéria. Não concretizar coisas tão simples como estas em 2015, algo que afeta diariamente uma série de munícipes, não se percebe.

3.11 implementar o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades de Almada. Não aparece qualquer informação sobre esta matéria. Coloca-se uma questão muito simples, quais é que têm sido os efeitos práticos de um processo como este que teve origem em 2013 com uma candidatura no valor de 150 mil euros. Práticas destas de não apresentação de resultados sobre estudos e planeamento, que foi disso que se tratou na altura, é geradora de descredibilização e de contágio relativamente a processos similares. Há candidaturas, as candidaturas são aprovadas, parte-se para processos de planeamento sobre aquilo que se pode executar ao nível da promoção de acessibilidades para pessoas com deficiência e com outro tipo de questões ao nível do acesso a espaços públicos e em 2015 a Câmara não apresenta qualquer desenvolvimento nesta matéria. O que é que foi feito do dinheiro que o Município conseguiu por via de uma candidatura, aliás bastante saudada e muitas vezes tratada também nesta Assembleia.

Prosseguir com o funcionamento do sistema de mobilidade inclusiva Flexibus. Mais uma vez importa recolher informação para demonstração da sustentabilidade deste serviço e consequentemente melhores práticas de participação política, alguma maneira de se conhecer o número de utentes e de clientes deste serviço destinado a melhorar as condições de mobilidade da população sénior. Qual tem sido a evolução da utilização do mesmo? É em



função também deste tipo de indicadores que o resultado que se pode e deve avaliar e monitorizar é importante.

3.13 prosseguir com a integração da bicicleta em planos e estratégias municipais. Face ao objetivo desta linha de intervenção e face ao conjunto extenso mais uma vez de medidas e de atividades apresentadas, a pergunta que lhe deixo é, as bicicletas são uma realidade no Concelho de Almada enquanto modo de deslocação quotidiano no sistema de transportes multimodal? Ainda não. Podia ser esta a resposta a dar, mas para que isso se concretize, a Câmara terá que preparar uma série de condições normativas e a natureza das atividades aqui apresentadas são precisamente toda a panóplia de questões normativas que devem ser preparadas previamente a que esta realidade seja concretizada. Mas há que mais uma vez transmitir informação menos burocrática, porque esta informação que está aqui nós não a conseguimos assimilar, não é relevante para o nosso exercício, é relevante entre serviços, é relevante para prestar contas a chefias, etc., etc., mas não é relevante para apresentação de resultados.”

6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu devo dizer que o Sr. Presidente há pouco disse uma coisa com a qual eu me identifico completamente, que é aquilo que nós estamos aqui a fazer é de facto, e a crítica que se faz é de facto uma tentativa de que se possa fazer melhor e de que se possa corrigir aquilo que não esteja tão bem quanto isso.

Eu vou falar mais da questão do Planeamento Estratégico e do Ordenamento do Território, lembrando e é algo que eu me lembro sempre, especialmente porque a minha área profissional passa um bocadinho por aqui, que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, peço desculpa não o dizer em Latim, mas nunca fiquei com a certeza se Pavia em Itália, se Pavia no Alentejo, uma terra pequenina e simpática e antiga também.

Almada também não se fez num dia, apesar de ter tido momentos de crescimento muitíssimo rápido que não é que se passa agora e até um crescimento rápido e planificado, coisa que não é comum na maior parte das cidades portuguesas. Almada tem uma parte planificada numa época em que tal não era comum. Eu devo dizer que este Relatório me levantou um bocadinho o mesmo tipo de dificuldades que levantou à minha camarada Ana Salvado. Ou seja, muitas vezes eu tinha dificuldade em encontrar as ações concretas que correspondiam àquilo que se tinham proposto fazer. Como é evidente não vou alargar-me a tudo, dizer que fiquei contente que de facto em relação a algumas áreas estava bastante bem concretizado, nomeadamente em relação às questões de recuperação, havia aquilo que eu acho que deve haver, indicadores claros de quantas obras estavam a ser feitas, de quantas pessoas tinham sido contactadas e portanto isso é muitíssimo importante. Infelizmente eu acho que este Relatório na continuação daquilo que eram as opções iniciais, este Relatório quanto a mim



não mostra suficientemente uma estratégia para a cidade e para o desenvolvimento da cidade. Temos alguns problemas fundamentais, temos problemas como por exemplo uma desertificação do centro da cidade que também é resultado do envelhecimento da população, mas é resultado de uma série de, em relação à qual eu não vejo aqui muitas estratégias de combate, tirando a questão da reabilitação urbana. Mas enfim, aí temos um número muito pequeno para corresponder a isso. Temos uma outra questão que é algo que eu como almadense que sou e desde pequeno sinto que é a dificuldade que nós temos de nos ligarmos ao rio, temos uma parte de rio enorme, da Trafaria à Piedade e temos uma enorme dificuldade dessa ligação ao rio. Essa ligação ao rio ainda há poucos dias constatei que neste momento tem uma importância turística muito grande e enfim, estive no domingo passado no Ginjal com o meu filho a reproduzir algumas coisas que eu tinha feito há mais de 30 anos e, havia imensos turistas, e ficavam um bocadinho espantados como é que uma zona daquelas estava naquele estado e penso que também apesar das dificuldades poderia ser feito mais alguma coisa.

Há uma questão que eu queria levantar que é a questão da Fonte da Telha. Só para dizer uma coisa ainda sobre as zonas ribeirinhas. Todos estes projetos sobre as zonas ribeirinhas têm como grande, a mãe de todos estes projetos é a zona das docas de Londres. Este projeto que se iniciou nos anos 70, ainda está em curso e é impressionante ver, eu tenho ido a Londres com regularidade nestes anos e é impressionante ver aquilo que cresce ao longo de cada ano. Nós aqui temos projetos eventualmente semelhantes que estão estagnados, absolutamente estagnados e eu não creio que nas condições atuais que seja possível de todo que esses projetos sejam realizados todos de uma vez. E sobre isto também para terminar. Estes projetos das docas de Londres foi inicialmente feito deixando a Câmara Municipal de Londres ter o poder de ordenamento daquele território. E a minha pergunta era, qual é a perspetiva sobre este assunto da Câmara Municipal de Almada em relação a estes grandes projetos.”

6.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Confesso que ao ouvir o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias fiquei com alguma sensação de pré campanha eleitoral autárquica, no entanto aquilo que hoje aqui compete a esta Assembleia Municipal não é fazer campanha autárquica mas sim analisar, discutir e deliberar sobre os documentos de prestação de contas do Município e SMAS de Almada e a todos nós de aferir se estes documentos refletem a atividade municipal durante o exercício económico de 2015 e principalmente se esta atividade deu resposta aos compromissos assumidos nos planos de atividades e orçamentos que esta Assembleia Municipal aprovou em 2014. E é a estes documentos e relativamente a estes documentos que este espelho que é este Relatório e Contas devem ser analisados tendo isso em consideração.



Tendo isso em consideração, não podemos contudo desassociar a leitura destes documentos do contexto em que a atividade neles vertida se inseriu durante o ano transato. Um contexto de continuidade de crise económica e social, sim senhor, fruto das opções políticas do anterior Governo PSD/CDS-PP, opções de reduções de direitos e condições de vida do povo português, da exploração e empobrecimento, de destruição do tecido económico do País onde também podemos perguntar onde é que esteve a criação do emprego quando o desemprego aumentou como aumentou, onde é que se potencializaram as empresas quando as falências aumentaram, onde é que consolidámos as contas públicas quando a dívida aumentou da forma como aumentou, não é? Um contexto de crise, sim senhora, cujos efeitos se fizeram sentir durante todo o ano de 2015 e ainda hoje se sentem.

Nos últimos meses tem sido dado um sinal de mudança através de tomada de algumas medidas de restituição de direitos e rendimentos aos portugueses e da devolução de autonomia ao Poder Local Democrático, quando retirada a limitação à contratação de trabalhadores, é apenas um exemplo. Porém este é apenas o início de um longo e árduo caminho a ser percorrido, onde muitas outras medidas terão de ser implementadas se queremos contrariar e anular o peso do passado recente. Foi neste contexto de transição, é certo, mas onde ainda não houve tempo bastante para que as correções já efetivamente tomadas aos erros do passado surtam os seus efeitos, que a atividade municipal decorreu. E é com esta premissa que afirmamos aqui hoje que os documentos de prestação de contas da Câmara e dos SMAS de Almada, não obstante da conjuntura ainda desfavorável, demonstram cabalmente que os compromissos assumidos perante esta Assembleia e perante as populações do nosso Concelho, foram cabalmente cumpridos.

Cumprido o compromisso de manutenção de toda a atividade municipal como se pode constatar pela extensa e detalhada informação constante dos Relatórios de Atividades aqui presentes. Cumprido o compromisso de sustentabilidade económico-financeiro, como se vê pelos elevados níveis de execução orçamental, pelos elevados graus de autonomia financeira de solvabilidade e liquidez, pela redução do endividamento, pela elevada libertação de receita corrente para investimento. Cumprido o compromisso com os agentes económicos com quem o Município de Almada tem relações, não existindo no final do ano e uma vez mais dívida vencida. Cumprido o compromisso com os trabalhadores municipais da sua valorização, do respeito pelo seu trabalho, pelos seus vencimentos a tempo e horas. São documentos que refletem a execução de uma política, claro não é a de que todas as forças políticas defendem, mas à qual foi dada a confiança pelos Municípes de Almada e como tal merecem a nossa total aprovação, pelo respeito que espelham pelas decisões desta Assembleia Municipal, pela defesa da coisa pública, das populações e do Poder Local Democrático, pela demonstração que com trabalho, dedicação e competência é possível construir um Concelho cada vez melhor para os almadenses.”



6.2.2.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só um aparte e relembrar que a crise, a crise é geral e é pelo País inteiro e algumas autarquias desenvolvem-se e outras não, portanto há que refletir também nesta questão.

Mais um ano passado, mais um relatório e contas da Câmara Municipal, as mesmas escolhas, as mesmas prioridades, os mesmos gastos.

Tal como nos anos anteriores, e é um facto a considerar, o executivo em Almada, apresenta uma boa tesouraria e um equilíbrio orçamental que não podemos ignorar.

Não faz mais do que a sua obrigação, é certo; todavia, e comparando com outros quadros locais pelo país fora, reconhecemos que somos parte integrante de uma autárquica que não tem problemas de tesouraria, bem antes pelo contrário, reconhecendo ao mesmo tempo, a astúcia para a gestão das contas municipais.

Todavia, e como o CDS tem vindo a dizer ao longo dos últimos anos, uma boa gestão não passa apenas pelo equilíbrio financeiro e dívidas saldadas, mas também pela forma e para onde o orçamento é canalizado e as prioridades e escolhas de cada autarquia.

No último ano, e tem sido assim basicamente todos os anos, o CDS tem vindo nesta assembleia, a contestar a ausência de mais-valias geradas pela câmara, ficando a maior fatia de receita dependente dos impostos diretos provindos do bolso dos contribuintes em Almada. Nesses impostos constam também as Taxas e demais penalizações onde a câmara de Almada vai buscar a maior parte da receita.

Gasta-se demais em despesa corrente minimizando a despesa de capital. Em suma, muito pouco em investimento, bem longe das ambições para um concelho como Almada.

Tanto é que a execução orçamental das despesas de capital ficou aquém do esperado... aliás, continuamos sem perceber o porquê? A meio do ano já se sabia que não se iria executar integralmente o orçamento. Podia-se ter apresentado um orçamento retificativo e canalizado despesa para outras rubricas.

Não foi feito por pura opção.

50% das GOP (Grande Opções Plano) estão afetos a Funções Gerais.

Apenas 10% das GOP estão afetas à área Económica (onde se inclui transportes, comunicações, comércio e turismo). É inconcebível como estas áreas absorvam apenas 10% das GOP e como a estrutura camarária absorve tanto (das funções gerais - 46% das mesmas são só para a Administração Geral).

Sabemos que é vital que a CMA tenha recursos para fazer o que deve ser feito, mas parece-nos que está sobredimensionada e que seria razoável fazer outsourcing de algumas áreas que não sejam vitais, de forma a canalizar recursos para outras que tanto precisam de apoios.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A quantidade e qualidade de muitos dos rácios financeiros, quer de autonomia financeira, quer solvabilidade, quer de redução de endividamento... tornam premente num futuro próximo, uma aposta maior em aliviar a carga fiscal (IMI familiar...). Não há como negar isto. Até porque as receitas correntes (sendo a maior parte delas derivada de impostos diretos) tiveram um crescimento de 6% face a 2014 tendo tido uma percentagem de realização de 103%, ou seja, receberam mais do que previam... Senhor Presidente, depois afirma que não têm dinheiro para estimular a economia...!

Depois senhor presidente, uma dúvida: pela análise minuciosa feita pelo CDS, os proveitos operacionais (72ME) da CMA não cobriram os custos Operacionais. (74ME) Não fora a existência de outros proveitos a CMA seria deficitária. Tendo em conta que se procura aumentar mais pessoal e recursos, teme-se que este rácio piore com o tempo.

À semelhança do Estado que tanto criticam por ter défice operacional... seria importante que a CMA fosse autossustentável! Isto sim, seria o verdadeiro bom princípio de gestão económica. O CDS neste mandato tem vindo sistematicamente a apelar junto da câmara para que se possa ter em Almada uma fiscalidade mais amiga, quer das famílias quer das empresas, que faça aumentar o poder de comprar e convidar outros a se instalarem no concelho.

Falta em Almada uma economia com mais vigor, mais oportunidades, mais criação de emprego local, mais investimento no empreendedorismo e na criação de emprego, ajudando no crescimento económico local revitalizando o concelho. Para tal, é preciso a existência de um plano estratégico municipal que seja impulsionador na condução de medidas para o incremento duma economia virada para as empresas e consequentemente virada para os almadenses.

É preciso revitalizar e investir nas PME's, nas novas oportunidades e na massa crítica humana que existe no concelho, para que o mesmo possa ser fonte de riqueza e desafogar os contribuintes locais de impostos, taxas e demais penalizações.

Além do investimento e canalização orçamental para sectores estratégicos da economia local, é preciso criar confiança junto dos almadenses dando um sinal de que com uma boa situação financeira há uma folga considerável para implementar por exemplo, o IMI Familiar, baixar mais a derrama, e devolver mais IRS aos almadenses.

No IMI Familiar, era um sinal de preocupação com as famílias e uma tentativa entre outras possíveis, de fixar e atrair pessoas e consequentemente bens e riqueza para o concelho de Almada, permitindo ao mesmo tempo que as famílias possam dispor de mais orçamento para a sua economia familiar.

Na Derrama, entende o CDS, que a receita pode aumentar no concelho, não com o aumento do imposto às que já existem, mas sim, com a fixação de mais empresas e mais factoração da economia local.



No que diz respeito ao IRS, são inúmeros os concelhos pelo país, com orçamentos bem mais modestos que Almada, apresentando uma condição de devolução aos munícipes do IRS bem mais favorável, havendo mesmo quem chegue ao valor máximo na devolução.

Sobrecarregar os munícipes com impostos não é boa política, pois afasta investimento, afasta pessoas, afasta oportunidades que, de futuro, terão consequências nefastas para o desenvolvimento sustentado do concelho.

Senhor Presidente, mais um ano passado, mais um ano o CDS-PP afirma: apesar de substancialmente as receitas cobrirem as despesas, não quer dizer que se gaste da melhor forma.

Apesar da redução do orçamento, em vez de se gastar melhor e mais acertado, continuamos em Almada a fazer despesa a mais com pessoal, tal como despesa com a aquisição de serviços e bens que, para o CDS, são desmesurados e alguns deles duvidosos no que diz respeito à sua utilidade e mais-valias para o concelho.

Continua-se com uma máquina de propaganda e de publicidade mal direcionada e que fica muito aquém e que não consegue traduzir-se em factos concretos ou dividendos para o Concelho.

Continua-se a gastar demais em oferendas, em homenagens e em banquetes que bem podiam ser um reforço para as áreas do social. Continuamos com estradas para consertar, passadeiras por recolocar, lixo para apanhar, salas de estudo para construir, e por exemplo, uma biblioteca na Costa da Caparica para concretizar. É preciso ainda manutenção do espaço público que se degrada de dia para dia e revitalização do património histórico local continua à espera.

Senhor Presidente da Câmara, tal como temos vindo a afirmar, reconhecemos que as contas estão equilibradas do ponto de vista da balança financeira. Todavia, no entender do CDS, continua-se a gastar maioritariamente de forma errada e desequilibrada ficando por concretizar muito do que é verdadeiramente prioritário e necessário.

Mesmo tendo-se verificado melhorias significativas na educação, no social e na tentativa de atrair turismo e revitalização do espaço público, as prioridades da câmara de Almada ficam muito aquém da visão que o CDS tem para uma autarquia.

O CDS tem deixado inúmeros contributos junto do executivo, alguns dos quais tiveram a melhor atenção por parte da câmara municipal, mas, a mesma continua a ter, e com toda a legitimidade democrática mandatada pelos almadenses, caminhos e objetivos para a cidade que são muito antagónicos com aqueles que o CDS tem para o concelho.

Acreditamos que num futuro próximo, os almadenses escolherão outros projetos, outros Caminhos.”

6.2.2.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A intervenção da CDU no seu plano global, naquilo que está em análise está feita e eu permito-me só acrescentar dois ou três coisas. Nós estamos a ouvir e o meu camarada Carlos Revés colocou aqui um misto entre uma análise que nós temos efetivamente que fazer, se é o que está aqui no Relatório, outra coisa é como o Relatório está feito e também temos opinião sobre isso e aquilo que foi o Plano e Orçamento aprovado. Quando há aqui uma percentagem de execução na ordem dos 89%, penso que é isto, nós queremos relevar de facto a capacidade de execução por este executivo. Mas eu Sr. Presidente e antes de ir à forma como o Relatório está feito, porque nós também já temos colocado a insuficiência do Relatório, nós também consideramos e também já o dissemos que há informação não desenvolvida e isso não faz sentido e de alguma maneira a Sr.^a Deputada Ana Salvado colocou de uma forma que nos parece correta as observações sobre a feitura do Relatório, também nós entendemos que ele tem que ser melhorado e portanto Srs. Vereadores, Sr. Presidente têm que dar instruções efetivas aos serviços para fazerem um Relatório e não tanto uma informação para que efetivamente se possa apreciar o grande trabalho desenvolvido, lendo este Relatório fica aquém. Mas Srs. Deputados eu permito-me ainda colocar uma questão. Ainda bem que o PSD e o CDS não estão no poder nesta autarquia, exatamente na medida, e os almadenses têm reconhecido essa sua incapacidade na sua experiência governativa. Nós estamos perante pessoas que apoiaram, que defenderam políticas de intromissão na autonomia do Poder Local, de constrangimentos, de boicotes e eu lembro por exemplo três coisas. A Câmara de Almada, os seus Municípes são chamados a pagar taxas, impostos para que a Câmara possa desenvolver uma atividade com opções de facto, com opções de melhoria e de atenuar as crises políticas e sociais que os governos e particularmente o último impôs ao povo, às populações, aos trabalhadores, aos reformados. Mas eu não resisto relativamente às questões destes impactos no Poder Local Democrático obrigam Almada a pagar uma verba grande porque gere bem, porque é eficiente, porque é séria na forma como faz a gestão dos dinheiros do municípes, a pagar para um Fundo de outras autarquias que por outros problemas, que por outras razões, mas que ligadas a essa crise a que foram impostas tem que estar a dar dinheiro que se retira à execução dos planos para Almada. Como os Srs. da direita costumam dizer, quem promove o emprego são os privados, então porque é que os privados não investem? Para onde é que eles foram, porque é que não aprovam, porque é que não vêm para o Concelho de Almada investir na criação de emprego, mas já agora fala-se na criação de emprego, mas quem é que destruiu o aparelho produtivo em Almada? Quem é que destruiu a Construção Naval? Quem é que quer destruir o Arsenal do Alfeite? Que é que transformaram neste Concelho? Srs. Deputados Municipais podem ter muitas aspirações, são legítimas, de fazer propaganda eleitoral no sentido de chamar atenção dos Municípes de Almada que esta não é a força política indicada para gerir os destinos de Almada, mas não é preciso ser almadense para perceber a



evolução que este Concelho teve e tem. Os novos moradores, os que optam e os que escolhem Almada é porque efetivamente têm no seu Concelho de Almada e por esta gestão municipal condições de no fundamental terem acesso àquilo que muitos outros Municípios infelizmente não têm.

O Presidente há bocado dizia, não vale a pena gritarmos uns com os outros, e eu propositadamente a falar baixo porque não é efetivamente, não é vindo aqui e denunciando aquilo que não foram capazes de fazer e aquilo que não serão capazes de fazer, porque as suas opções não são de acordo com as opções ao serviço das populações e do povo. Eu quero dizer que a CDU entende que temos muito caminho para caminhar, entende e fica muito atenta às sugestões e às críticas, mas não pode apoiar e tem que alertar os Municípios de Almada para a demagogia, para a mentira, para a propaganda que quando no governo central retiraram, há um exemplo que eu não posso deixar de colocar, o Governo anterior dizia que proibia a contratação de trabalhadores, mas pior que isso, queria despedimentos e no Concelho de Almada promoveu-se mais emprego e não se despediu ninguém e portanto comparemos o que é comparável e vamos ver por esse País fora e vamos ver que Almada tirando o PSD e o CDS é reconhecido o seu mérito, a sua capacidade de transformação. Retirando os exageros e os excessos que normalmente acontecem numa pré campanha eleitoral, nós estamos perante um Relatório que tem que ser melhorado na informação e na concretização do que foi feito, mas estamos seguramente contentes e de cara levantada, porque aqui não há sacos azuis, porque aqui não há enriquecimento ilícito, porque aqui não há vigarices.”

- 7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 29 de abril de 2016.
- 8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia Pardal, Maria do Carmo Mira Borges, Francisca Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves e João Carlos Mateus Albuquerque.
- 9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; das Sr.^{as} Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte Srs. Municípios.
- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H35 do dia 29 de abril de 2016.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____